

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS SILVA

**DIÁLOGOS SOBRE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**João Pessoa, PB
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS SILVA

**DIÁLOGOS SOBRE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme de Ataíde Dias

**João Pessoa, PB
2016**

SILVA, Ismaelly Batista dos Santos.

DIÁLOGOS SOBRE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO / Ismaelly Batista dos Santos Silva. - João Pessoa / PB, 2016. 100 f:il.

Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação. Universidade Federal da Paraíba, Campus I, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, João Pessoa - PB, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme de Ataíde Dias

1 – Preservação Documental. 2 – Ciência da Informação. 3 - Arquivologia.
4 – Memória. 5 – Unidades de Informação.

ISMAELLY BATISTA DOS SANTOS SILVA

**DIÁLOGOS SOBRE PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Aprovado em: __ / __ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Guilherme de Ataíde Dias
Orientador (PPGCI / UFPB).

Prof.^a Dra. Dulce Amélia de Brito Neves
Examinador Interno (PPGCI / UFPB).

Prof. Dr. Daniel Flores
Examinador Externo (PPGPPC / UFSM)

João Pessoa, PB
2016

Viagem

*Eu canto porque o instante existe
e a minha vida está completa.
Não sou alegre nem sou triste:
sou poeta.
Irmão das coisas fugidias,
não sinto gozo nem tormento.
Atravesso noites e dias
no vento.
Se desmorono ou se edifico,
se permaneço ou me desfaço,
- não sei, não sei. Não sei se fico
ou passo.
Sei que canto. E a canção é tudo.
Tem sangue eterno a asa ritmada.
E um dia sei que estarei mudo:
- mais nada.*

(MEIRELES, 1892, p. 14)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente Deus, por me capacitar e pelos inúmeros milagres empreendidos em minha vida. Minha Mãe (Virgínia) pela tolerância às madrugadas em claro ouvindo o som dos cliques das minhas unhas no teclado... Aos amigos e familiares pela compreensão das ausências necessárias. Aos Mestres que me proporcionaram tantas reflexões e aprendizados no transcurso das Disciplinas do Mestrado. A equipe do PPGCI/UFPB principalmente aos secretários Franklin Kobayashi e Elton Bruno pela atenção e eficiência. Meu Orientador, que também foi meu primeiro professor ainda na graduação em Arquivologia, Professor Guilherme Ataíde, pela credibilidade e ensinamentos. Aos membros da minha banca de avaliação e em especial ao ilustre Prof. Dr. Daniel Flores pela competência e disponibilidade, e, a queridíssima Prof.^a Dra. Dulce Amélia com seu profundo conhecimento e valiosos conselhos. Aos autores utilizados na construção desta dissertação pelas contribuições teóricas necessárias e sempre bem-vindas, alguns cujo privilégio de conhecer pessoalmente me foi dado, passando eu a admirá-los ainda mais. Por fim, tod@s que estiveram direta e indiretamente na torcida por mais esta etapa da minha vida...

Obrigada!

*“Se em tudo o mais forem idênticas as várias explicações
de um fenômeno, a mais simples é a melhor¹.”*

Guilherme de Ockham

¹ http://www.projetoockham.org/div_ockham.html

RESUMO

Preservar documentos é uma ação já conhecida e de interesse dos profissionais que lidam com a organização, tratamento e disseminação da informação no contexto das Unidades de Informação (Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus). Neste sentido o presente estudo visa elucidar em que consiste preservar documentos a partir da análise temática da preservação documental mediante a perspectiva Arquivística. A pesquisa caracteriza-se do ponto de vista dos objetivos como sendo do tipo Descritiva. As técnicas de investigação utilizadas foram a Bibliográfica e Documental. Como fontes de informação foram adotadas as bases de dados da CAPES, SciELO, também livros, artigos científicos, revistas, leis, resoluções, normas nacionais e internacionais. O estudo possui abordagem qualitativa e mediante o tratamento dos dados é utilizada a técnica de Análise de Conteúdo. Como resultados são apresentados diálogos que apontam para a ideia de preservação documental entendida sistematicamente enquanto área do conhecimento que possui potencial para crescimento científico e epistemológico. Com base na Arquivística se conclui que a preservação documental entendida enquanto política é um instrumento imprescindível à manutenção dos acervos institucionais e fontes de informação presentes nas Unidades de Informação. Por fim, contextualiza-se que a partir da perspectiva da Ciência da Informação a preservação documental atua como fator preponderante a manutenção da memória social e encontra nela respaldo científico para seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Preservação Documental. Ciência da Informação. Arquivologia. Memória. Unidades de Informação.

ABSTRACT

To preserve documents is an action already known and that interest to professionals that deal with the organization, processing and dissemination of information in the context of Information Units (Archives, Libraries, Documentation Centres and Museums). In this sense, the present study aims to clarify what constitutes to preserve documents from the thematic analysis of documentary preservation by the Archivist perspective. The research, from the point of view of the objectives, is characterized as being a Descriptive type. The research techniques used were the Bibliographical and Documental. As sources of information were adopted the CAPES databases, SciELO, also books, papers, magazines, laws, resolutions, national and international standards. The study has a qualitative approach and, by the data processing, the Content Analysis technique is used. As results are presented dialogues related to the idea of documentary preservation systematically understood as an area of knowledge that has the potential for scientific and epistemological growth. Based on Archivist it follows that the documentary preservation understood as a policy is an indispensable instrument for the maintenance of institutional collections and information sources present in the Information Units. Finally, it contextualizes that, from the perspective of Information Science, documentary preservation acts as a major factor preponderant to social memory maintenance and finds in Information Science scientific support for its development.

Keywords: Document Preservation. Information Science. Archival Science. Memory. Information Units.

LISTA DE SIGLAS

CFM – Conselho Federal de Medicina

CGU - Controladoria Geral da União

CI – Ciência da Informação

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos

CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural

CPAD - Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

DAME - Divisão de Arquivo Médico e Estatístico

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISO - International Organization for Standardization

LAI - Lei de Acesso a Informação

OAIS – Open Archival Information System

PNC – Plano Nacional de Cultura

SAME - Serviços de Atendimento Médico e Estatística

SGI - Sistemas de Gestão da Informação

SIC - Sociedade da Informação e do Conhecimento

SINAR - Sistema Nacional de Arquivos

TI – Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UI - Unidade de Informação

SUMÁRIO

Lista de siglas

Sumário

1. Introdução	11
1.1 Enfoque Metodológico	17
2. Contextos correlacionais em preservação: interações com múltiplas áreas do conhecimento.....	22
3. Necessidades e aspectos legais de atuação para preservação documental: O que? Por quê? E para quem?	36
4. Preservação documental na ambiência da tecnologia da informação	50
4.1 Memória institucional e o entrelaçamento entre gestão e preservação	65
5. Reflexões acerca da preservação documental para o contexto da Ciência da Informação	74
6. Considerações Finais.....	85
Referências	92
Anexo.....	99
01 – Lista de cursos de preservação de documentos e relacionados no Brasil.....	100

1. INTRODUÇÃO

O mundo globalizado e institucionalizado está imerso em uma série de demandas sociais ou pré-requisitos para que se possa estar inserido no contexto da sociedade contemporânea baseada no capital intelectual e financeiro, como, por exemplo, dispor da mesma linguagem dos indivíduos da localidade onde se vive e recursos financeiros para o provimento de necessidades básicas como alimentação e moradia. Somos também condicionados ao sistema burocrático cotidianamente que, via de regra, nos torna reféns do ato e da ação de documentar desde o nosso nascimento.

Uma série de registros cerca a sociedade e são estes que, muitas vezes, viabilizam a manutenção da individualidade e a seguridade social, pois é fato que uma pessoa sem seus documentos pessoais torna-se invisível perante o Estado e a própria estrutura social, uma vez que são eles que se tornam a representatividade e a definição de um sujeito enquanto cidadão junto às instituições por meio das informações registradas.

O acesso e a concessão de direitos é a prova maior de que a burocracia mune-se dos registros como critério primeiro que torna o cidadão apto a usufruí-los. Em contrapartida, a garantia dos próprios documentos de cunho pessoal, por si só, já pode ser considerada uma concessão assegurada e prevista, no caso do Brasil, no marco normativo maior (e que se trata de um documento cível), a Constituição Federal.

Ao longo dos séculos, a forma como se registrou a informação necessária ao provimento de um direito ou a informação pura e simplesmente enquanto matéria do conhecimento humano foi se modificando e, cada vez mais, aprimorando as condições de guarda dos então considerados suportes informacionais ou o meio em que se registrava a informação como forma de preservá-la, assegurando sua longevidade para que pudesse ser transmitida a outras pessoas.

Isso porque o desenvolvimento da linguagem oral, expressão artística, conceitual e, consecutivamente, a grafia (escrita) sobre a base de um suporte como o documento propiciou aos povos um amplo desenvolvimento no campo intelectual e cultural. Através dos documentos pode-se, então, ter acesso a informações sobre o modo

de vida da própria civilização em momentos anteriores ou até mesmo da organização e experiências de outras tantas em momentos diferentes. Nesse sentido, os povos viram no ato de registrar uma ação próspera ao desenvolvimento humano e uma forma de manutenção de sua memória.

Destarte, foi exatamente através da memória expressa por meio da ação de documentar, realizada por outras civilizações e culturas passadas e sem que se tivesse de reexperimentar exaustivamente vivências anteriores, que o homem aprendeu a se organizar e processar a informação como insumo à manutenção da vida e ao desenvolvimento social.

Desde o surgimento dos primeiros registros, verifica-se um salto tecnológico nos períodos que compreendem a exploração de diferentes suportes para a informação, dos mais primitivos, a exemplo da pedra, da argila, do papiro, à base de couro para pergaminhos, passando para os recursos de maior expressão no fim da idade média, como o emprego do papel na imprensa que, por sua vez, propiciou uma ampla variedade de formatos, como os jornais, folhetins, fotografias, instrumentos cartográficos, dentre outros.

É fato que alguns dos formatos citados perduram até os dias atuais, entretanto, com as devidas transformações no que diz respeito a estilo, *design* e, inclusive, a própria composição no processo de produção da matéria base, no caso, o papel, que hoje diverge em quase tudo, mas, principalmente, no volume produzido e composição química em relação ao modelo ancestral de características rústicas e teor ácido peculiares do período em que começou a ser produzido em larga escala.

Algo que, por sua vez, não se pode deixar de ilustrar são as diversas formas dos documentos que fogem ao gênero textual. Estruturas que, desde a antiguidade, de maneira direta ou indireta, também são suportes de informação, mas que se apresentam sob outro tipo de gênero que não os de cunho textual em suporte de papel, ou seja, os de caráter tridimensional, como é o caso dos vasos artísticos fruto do trabalho artesão, quadros e pinturas em tela, esculturas nos mais diferentes materiais, da pedra ao aço, os conjuntos ou peças arquitetônicas e outros tantos elementos que são capazes de informar sobre algo ou mesmo transmitir informação e evocar memórias.

Recentemente, com o aprimoramento da Tecnologia da Informação (TI), o uso de sistemas eletrônicos para provimento de novos suportes à informação, no contexto contemporâneo, culminou em uma nova geração de gêneros documentais que vão dos formatos eletrônicos, passando pelos digitais até os virtuais. Inclusive, houve também uma expansão nas possibilidades de uso e aplicabilidade desses suportes, sobretudo no que diz respeito aos sistemas de informação e comunicação, em que a informação passou a ser gerada, processada e armazenada de forma completamente digital, virtual ou mesmo, em alguns casos, de forma híbrida, ou seja, conciliando em suas atividades suportes tradicionais e digitais.

Na nova configuração social do ocidente, e de algumas culturas orientais nas quais o mundo cotidiano rende-se cada vez mais aos *Bits* e *Bytes* das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), parece se ter chegado a um estágio onde tudo requer informação: do trabalho ao lazer. E essa informação passou, então, a ser processada de forma veloz e dinâmica para atender as demandas de pessoas movidas pelos fatos cotidianos que, por sua vez, tornam-se tão rapidamente obsoletos quanto um clique na tela do *Smartphone*. Em outras palavras, uma cultura que mal aprende a lidar com determinada tecnologia logo se depara com outras tantas recém-surgidas e que, no entanto, já estão com prazo de “validade tecnológica” por vencer também.

Alguns poderiam achar que a descrição anterior resume-se à Sociedade da Informação e do Conhecimento (SIC). Porém, há de se perceber que nem toda a informação caracteriza-se como necessária ou útil, haja vista a variabilidade entre dado e informação. E, em tempos de fácil produção e disseminação de conteúdos informacionais, a criteriosa análise e seleção da informação apresentam-se como forma de promover o conhecimento de fato, ou seja, aquele que, segundo o nosso entendimento, é capaz de fazer um indivíduo tomar decisões eficazes ao desenvolvimento de suas atividades, o que estaria mais próximo de um *status* coerente à terminologia de Sociedade da Informação.

A informação potencialmente útil e disponível em tempo hábil, no entanto, torna-se uma ferramenta estrategicamente rentável e prazerosa às pessoas e instituições. A forma como a informação é organizada e disponibilizada também é capaz de refletir

diretamente a qualidade do serviço prestado ou o regime ao qual a informação está associada.

Os Sistemas de Gestão da Informação (SGI) ou mesmo as Unidades de Informação (UI) – aqui entendidas enquanto Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus – corroboram não só com o tratamento e organização da informação, mas impactam diretamente no objetivo final de disseminação e acesso a estas.

Por exemplo, na biblioteca, o acervo documental constitui-se através de coleções que, em sua maioria, refletem a produção do conhecimento humano em suas diversas áreas. Já no museu, há peças em que, através do mecanismo de exposições e mostras culturais, são retratados intencionalmente temas com a finalidade de informar e entreter ao público. Como também, há arquivos que, por conseguinte, possuem o sistema orgânico de acumulação de documentos arquivísticos resultantes das ações institucionais de pessoas físicas ou jurídicas que demandam a produção e acumulação destes como forma jurídica, probatória e administrativa, podendo posteriormente ter seu valor revertido ao social e/ou de pesquisa pelo teor das informações presentes em seus documentos e relevância destas para a sociedade.

Pessoalmente, minha formação em bases que perpassam a Administração, a área da Saúde, da Indústria² e da Arquivologia, esta última de forma mais particular a Ciência da Informação, faz com que possua enraizada a visão real das necessidades informacionais demandadas nas atividades cotidianas e de expediente em diferentes instituições, as quais têm nos documentos fontes imprescindíveis de informações, estejam estas em meio físico, eletrônico ou digital.

Por mais de três anos atuando em acervos arquivísticos de grandes instituições públicas brasileiras, sendo uma enquadrada no contexto das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e outra ligada diretamente à autarquia do Ministério da Saúde. E foram nítidas as implicações das questões institucionais ligadas à administração que insidiam diretamente nas condições de guarda e preservação documental. O que, claro, acarretava não só transtornos de ordem operacional e

² Através do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na Paraíba, nos cursos de assistente administrativo e artes gráficas.

administrativa, mas que de forma sistemática implicavam nas variáveis de memória nas quais estivessem envolvidos os documentos do acervo, tais como perda ou dano no conteúdo conceitual, físico e informacional.

Dessa forma, teoricamente falando, os documentos das instituições deveriam ser tratados, organizados e colocados à disposição dos usuários segundo critérios que visassem dar acesso e preservar esse bem patrimonial que, conforme já exposto, é de grande valia à tomada de decisão e edificação social. Tudo isso como estratégia contra a ação da deterioração por causas internas (aquelas advindas das condições de produção, elementos presentes no próprio suporte documental) ou fatores externos (ação do tempo, do homem, ambiente, atmosfera, dentre outros).

Na realidade, o que se pôde perceber, a partir do olhar científico e da própria prática cotidiana com diferentes tipos de acervos e documentos em distintas oportunidades, foi o descaso ao qual estão sujeitos os acervos da maioria das instituições. Acervos negligenciados pela falta de informação dos gestores, pela própria mentalidade de alguns profissionais e pela cultura organizacional. Como se não fosse bastante, soma-se a isso a ausência de políticas internas às instituições que visem diretamente à preservação documental e à observância das diretrizes e normas advindas dos órgãos e agências reguladoras.

Nesse sentido, faz-se necessário realizar ações contínuas que visem à preservação, a fim de que tanto o documento quanto a informação que ele detém ou representa estejam em condições favoráveis e passíveis de recuperação e assimilação efetiva pelo cidadão, usuário da informação, ou seja, o conteúdo deve estar legível, sem aspectos de degradação das estruturas de signos, sinais ou da própria estrutura conceitual que impeçam sua utilização e, no caso dos documentos textuais, estando preservadas as marcas de validação, como carimbos, rubricas etc. Isso, claro, visando não só o prolongamento da vida útil do documento, mas toda uma rede que se baseia nele para o exercício de suas atividades, sejam elas de pesquisa, de caráter administrativo, para estudo ou lazer.

Na literatura arquivística, assim como em outras áreas comuns a ela, encontram-se publicações e referências que sinalizam para a questão da necessidade e de meios de se preservar documentos, a exemplo de manuais de preservação,

conservação ou restauro, da mesma forma que o tema é constantemente alvo de debates, pesquisas e publicações no escopo dos profissionais da informação, que podemos entender aqui como os que compõem áreas de concentração ou afins à Ciência da Informação, ou seja, os Arquivistas, Bibliotecários / Documentalistas e Museólogos. Isso se explica pela emergência e necessidade, muitas vezes, demandadas pelos próprios acervos aos quais esses profissionais estão vinculados no exercício de sua atividade.

Contudo, mesmo se tratando de uma temática recorrente e de interesse a tantos profissionais que tratam, organizam, gerenciam, armazenam e disseminam os conteúdos presentes nos documentos, ou seja, a informação, e por esses mesmos profissionais comporem a grande área de concentração da Ciência da Informação, ainda assim a preservação documental enquanto área temática e disciplinar encontra-se, em alguns aspectos, pouco debatida, por exemplo, no contexto central das pesquisas (como objeto de estudo), sendo ainda abordada como fenômeno periférico ou recurso auxiliar. Nesse sentido, passa-se a questionar: **em que consiste preservar documentos mediante o viés do tratamento e recuperação da informação no âmbito arquivístico?**

Visando responder ao presente questionamento foram traçados alguns objetivos que visam estrategicamente corroborar com a elucidação da questão central da pesquisa, onde como objetivo geral foi elencado a análise da temática de preservação documental a partir da perspectiva arquivística.

Uma vez estabelecido o viés norteador do estudo quatro abordagens e desdobramentos específicos foram adotados enquanto recurso para se atingir a questão macro da pesquisa. A primeira abordagem descreveu o contexto correlacional entre a preservação documental e as ciências da informação; por conseguinte analisou-se a legislação e as necessidades de atuação legal mediante a abordagem da preservação documental para então se inferir acerca da preservação documental na conjuntura institucional e tecnológica, e, por fim identificar o domínio da preservação documental no contexto da Ciência da Informação.

1.1 - ENFOQUE METODOLÓGICO

A pesquisa aqui apresentada foi realizada durante todo o intercurso do mestrado em Ciência da Informação, ou seja, no período que compreendeu o ingresso (abril de 2014) até seu encerramento no mês de março do ano de 2016. Porém, conta com a forte possibilidade de continuidade do ponto de vista do aprofundamento dos estudos, o que, não necessariamente, estará atrelado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).

Mediante os objetivos previamente estabelecidos, optou-se pela utilização da técnica de pesquisa do tipo Descritiva. Segundo essa perspectiva, no “estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim (vale a redundância) descrever o que se pesquisa” (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 101).

As técnicas Bibliográfica e Documental foram utilizadas no que diz respeito à coleta, organização e compilação das informações apresentadas neste estudo, uma vez que, além das fontes secundárias utilizadas na pesquisa, tais como: livros, revistas, artigos científicos, periódicos e publicações eletrônicas, foram utilizados manuais de preservação. Para este trabalho, lançou-se mão, ainda, da utilização de fontes primárias de pesquisa, como parte da legislação federal, resoluções de órgãos e entidades reguladoras em nível nacional e internacional que se enquadraram na área temática do estudo, cuja redação em base científica e legal também auxiliou na sustentação das indagações e colocações realizadas no decorrer do texto.

Após a fase de levantamento do material da pesquisa, foi utilizada a estratégia de Análise de Conteúdo enquanto “metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999, p. 9).

A abordagem, por sua vez, caracteriza-se como sendo do tipo qualitativa que, segundo a perspectiva de Minayo e Sanches (1993, p. 244), “realiza uma aproximação

fundamental e de intimidade entre o sujeito e objeto, uma vez que, ambos são de mesma natureza: ela se envolve com empatia”.

Nesse sentido, Richardson (1999) complementa que:

As investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objetivo situações complexas ou estritamente particulares. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo (RICHARDSON, 1999, p. 80).

Na fase que compreendeu o levantamento dos materiais a serem utilizados no estudo, além das fontes primárias e secundárias, também foram utilizadas como recuso para pesquisa as bases de dados da CAPES, SciELO.

Durante o levantamento das fontes, no entanto, foi definido enquanto critério de busca para todo o material a ser coletado e submetido à análise que este estivesse dentro, principalmente, da área temática estudada, ou seja, a preservação voltada aos documentos. Nesse sentido, foram definidos os descritores a serem utilizados na etapa de levantamento das fontes informacionais. Para apresentação, por sua vez, os descritores foram divididos em duas classes: os de língua portuguesa e os de língua inglesa.

Os descritores utilizados na pesquisa de origem em língua portuguesa foram: *Preservação; Teoria da Preservação; Técnicas de Preservação; Métodos de Preservação; Preservação do Patrimônio; Preservação Digital; Documento; Documentação; Documento Físico; Documento Digital; Centro de Documentação; Conservação; Restauração; Informação; Mediação da Informação; Unidades de Informação; Arquivologia; Arquivística; Arquivista; Profissional; Profissional da Informação; Tecnologia; Tecnologia da Informação; Cultura; Patrimônio; Patrimônio Cultural; Patrimônio Artístico; Patrimônio Histórico; Patrimônio Nacional; Ciência; Ciência da Informação; Sociedade; Sociedade da Informação; Memória; Memória Social; Arquivo; Biblioteca e Museu.*

Por sua vez, os descritores utilizados na pesquisa de origem na língua inglesa foram: *Preservation; Document; Conservation; Restoration; Information; Science; Information Science; Archival; Archival Science; Culture; Patrimony; Record; Memory; Technology; Information Technology* e *Information Units*.

Tais descritores selecionados serviram como recurso metodológico para otimizar a recuperação dos dados referentes à pesquisa. E, como pode ser observado os descritores em língua portuguesa foram ampliados para fins de realizar exaustivamente a busca, uma vez que a língua portuguesa constitui-se mais diversa que a inglesa a qual utiliza termos simples e genéricos para contextualizar o vocabulário, como pode ser observado a cima.

A estrutura adotada para apresentação dos resultados da pesquisa, de modo geral, está pautada na construção dos capítulos que foram esquematizados tematicamente, segundo uma sequência lógica de acordo com os objetivos previamente definidos, e que se encontram organizados da seguinte forma:

➤ **CAPÍTULO 1** – Intitulado “*CONTEXTOS CORRELACIONAIS EM PRESERVAÇÃO: interações com múltiplas áreas do conhecimento*” no capítulo é abordada a questão etimológica da palavra preservação, bem como sua aglutinação à documentação, contextualizando a preservação documental e distinguindo esta da conservação e restauração. Também realiza a contextualização correlacional entre a preservação documental e algumas ciências, tais como as da área de Exatas, da Saúde, Humanas e, em especial, as Sociais e Aplicadas, chegando até as ciências que se enquadram no contexto disciplinar da Ciência da Informação. Ainda é abordado o desafio da questão documental na contemporaneidade e das políticas de preservação documental no âmbito das unidades de informação.

➤ **CAPÍTULO 2** – Intitulado “*NECESSIDADES E ASPECTOS LEGAIS DE ATUAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL: O que? Por quê? E para quem?*” apresenta um amplo contexto sobre as implicações legais e sociais sobre preservação documental e discute a questão da legislação no tocante a leis, decretos, resoluções e normas aplicáveis ao acesso à informação e à preservação documental e que, de certa forma, são utilizados como respaldo legal para o provimento de políticas no âmbito de

acervos públicos e privados e, em especial, os de cunho arquivístico. Contextualiza, ainda, a questão dos diferentes tipos de suportes físicos e digitais, bem como as necessidades de novas estratégias de preservação para os documentos tradicionais e os de caráter contemporâneo.

➤ **CAPÍTULO 3 – Intitulado “PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL NA AMBIÊNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO”** encontra-se dividido em duas sessões onde na primeira é retratada a questão da tecnologia da informação, principalmente no contexto da atualidade, trabalhando o processo de evolução dos suportes de informação. Caracteriza também os desafios que as novas tecnologias suscitam acerca das ações e políticas para preservação dos suportes e suas informações tanto do ponto de vista conceitual quanto de técnica para intervenção e tratamento. Retrata, ainda, as principais iniciativas e projetos voltados para a preservação documental, principalmente de caráter digital, com destaque ao sistema conceitual OAIIS dentre as abordagens que contam com a participação de entidades e órgãos reguladores nacionais e internacionais. Na segunda sessão intitulada “A MEMÓRIA INSTITUCIONAL E O ENTRELAÇAMENTO ENTRE GESTÃO E PRESERVAÇÃO” se contextualiza a preservação no seio das instituições e, por conseguinte, apresenta as possibilidades de interação entre memória e gestão a partir da perspectiva da informação em seus diferentes contextos e, principalmente, enquanto recurso imprescindível à tomada de decisão por parte das organizações, assim como seu valor para memória que tem nas estratégias e ações administrativas o meio pelo qual assegura sua manutenção a partir da colaboração das atividades desenvolvidas pelos profissionais, em especial, pelo bibliotecário e o arquivista.

➤ **CAPÍTULO 4 – Intitulado “REFLEXÕES ACERCA DA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL PARA O CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO”** onde são feitas reflexões sobre a preservação documental no âmbito da Ciência da Informação, em que se discute a origem e as influências desta para o contexto da solução de demandas tecnológicas para a organização, acesso e disseminação da informação dos acervos documentais, bem como trata da questão das fontes informacionais e os desafios oriundos do contexto tecnológico e social atual. Retrata, também, a questão da importância da informação para a sociedade

contemporânea e a necessidade de preservação dos documentos como estratégia de manutenção da memória social.

Cada capítulo foi assim idealizado didaticamente para vislumbrar os objetivos específicos da pesquisa de maneira lógica e sequencial, como já mencionado. Nesse sentido, o conteúdo total e as reflexões possíveis a partir da organização deste trabalho refletem a representação do macro objetivo da presente dissertação.

Ainda enquanto resultados da pesquisa são apresentados os diálogos situados na sessão de considerações finais da presente obra, fruto da convergência entre a metodologia adotada para o levantamento e análise do material. Os presentes diálogos, por sua vez, trazem um panorama acerca das pesquisas em preservação documental e as subdivide em duas vertentes, uma de abordagem tradicional e de viés mais físico e outra de aspecto contemporâneo pautada na consciência digital, bem como ainda é realizada uma projeção para futuras pesquisas no escopo da preservação documental baseada nas variáveis identificadas neste estudo.

Tendo em vista o teor da pesquisa nos termos apresentados, espera-se contribuir teoricamente e de forma efetiva tanto com a Arquivologia, a Ciência da Informação e suas áreas afins, como, de modo geral, com o conhecimento dos potenciais leitores desta obra.

2. CONTEXTOS CORRELACIONAIS EM PRESERVAÇÃO: interações com múltiplas áreas do conhecimento

Antes de tecer qualquer tipo de interlocução da “preservação” com outras áreas do conhecimento, faz-se oportuno iniciar refletindo um pouco sobre a etimologia da palavra, bem como a sua concepção enquanto “preservação documental”, uma vez que ela será, ao longo de todo o estudo, o pano de fundo para as discussões que serão realizadas.

Assim, após uma longa busca, identificamos que a raiz etimológica da palavra preservação advém do Latim e surge a partir da junção de dois radicais: *Prae*, que tem origem e aplicação na condição de anterior (antes de), e *Servare*, que tem sentido amplo de resguardar, manter a salvo. Dessa forma, a palavra *Praeservare*, originária do Latim, dá forma e modela o contexto do termo preservação (COSTA, 2008). Por associação nossa, neste caso, na busca por uma especificidade enquanto à abordagem epistemológica e conceitual, procurou-se conjugá-la ao termo documento – termo que também tem origem no Latim, *documentum* (RONDINELLI, 2012) – originando, assim, o contexto temático para o termo *preservação documental*.

Como pode comumente ser observado no cenário acadêmico, em virtude da ampla abordagem e fácil associação a outros tantos termos e expressões, a palavra preservação, nas últimas décadas, ganhou um *status* “genérico”, mas que não contradiz sua natureza semântica, ou seja, vem sendo utilizada juntamente com outros tantos termos, em um desempenho quase prefixal, advindos de disciplinas distintas de outras áreas do conhecimento. Exemplo disso é o contemporâneo viés ambiental, haja vista que houve um grande crescimento nas pesquisas envolvendo a área, por isso a popular associação do termo “ambiental” à palavra preservação, derivando termos específicos como: preservação ambiental, preservação do meio ambiente, dentre outros (SILVA, 2015).

Todavia, segundo a visão de Max Dvorak (2008, p. 55-56),

Isso não significa que preservação seja algo subjetivo; relaciona-se a conceitos que vêm se consolidando há séculos e que firmaram a preservação como campo disciplinar autônomo (que é algo diverso de campo disciplinar isolado), com seus princípios, métodos, conceitos e referenciais teóricos.

Ainda segundo esse contexto, e neste caso de maneira clássica, é feita a associação do termo preservação de forma a ocorrer sua aglutinação, muitas vezes por razões literárias, aos termos conservação e restauro que se encontram, geralmente, citados juntos, ou seja, termos que refletem e dizem respeito a situações e ações específicas, mas que comumente são sobrepostos uns aos outros por falta de conhecimento ou pura negligência. Faz-se, portanto, pertinente categorizar os conhecimentos a respeito do que seja a conservação e o restauro como forma de esclarecer e alinhar o seu contexto à esta pesquisa.

É oportuno iniciar pelo termo *conservação*. Segundo Marylka Mendes e Luciane Silveira (2001), a ação de conservar compreende:

Tornar esses processos **[de deterioração]** tão lentos quanto seja possível; e há várias maneiras de atingir esse objetivo: 1 – Reduzir a quantidade de energia disponível para que o objeto não disponha de ativação para processos químicos espontâneos. 2 – Eliminar da superfície dos artefatos os materiais estranhos que possam funcionar como catalisadores nas reações químicas. 3 – Retirar agentes de deterioração do meio em que se encontra o artefato (MENDES; SILVEIRA, 2001, p. 152-153, grifo do autor).

Nesse sentido a conservação pode ser entendida como ações de intervenção que visem assegurar a manutenção do bem³ onde quer que este esteja. Geralmente, essas ações são aplicáveis aos ambientes internos ou externos em estruturas móveis ou imóveis e tendem a incidir sobre rotinas e tarefas que estejam direta ou indiretamente relacionadas ao objeto ou conteúdo que se deseja conservar (OLIVEIRA; OLIVEIRA 2013).

³ O termo “bem” está aqui compreendido no sentido de bem patrimonial, seja este físico e/ou material e imaterial.

As medidas de conservação são geralmente de fácil e acessível realização e ainda possuem um baixo custo se comparadas à restauração, podendo ser executadas por profissionais de todas as áreas, desde que capacitados para executar tais atividades. Alguns procedimentos mais específicos, como, por exemplo, a desinfestação dos materiais e estruturas ou a rotina de limpeza, ficam a cargo e responsabilidade de equipes especializadas, geralmente, coordenadas por profissional competente (SILVA, 2012).

Exemplos práticos de conservação são: observação regular de rotinas de limpeza e/ou higienização, substituição e/ou remoção de materiais e estruturas que estejam prejudicando ou sinalizando um possível dano, avaliações das condições físicas das partes que compõem intrinsecamente e extrinsecamente o bem, dentre outros (MENDES; SILVEIRA, 2001).

Seguindo o raciocínio, parte-se para a definição de *restauro* que, por sua vez, é um termo que se reporta à restauração. Segundo a visão de Cesare Brandi (2004),

Em geral, entende-se por restauração qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana. Nessa concepção comum do restauro, que se identifica com aquilo que de forma mais exata deve denominar-se esquema preconceitual, já se encontra enucleada a ideia de intervenção sobre um produto da atividade humana; qualquer outra intervenção, seja na esfera biológica, seja na física não entra, portanto, sequer na noção comum de restauro. Assim sendo, no progredir do esquema preconceitual da restauração ao conceito, é inevitável que a conceituação ocorra com referência à variedade dos produtos da atividade humana a que se deve aplicar a específica intervenção que se chama restauro (BRANDI, 2004. p. 26-27).

A esse respeito, Max Dvorák alerta que:

O resultado da restauração, que geralmente está associado a altos custos, não é a permanência, mas a destruição e a deformação. Tais restaurações, que geralmente são atribuídas, de forma escandalosamente leviana, a mãos inexperientes e às quais igualmente sacrificam várias obras de arte do passado, precisam ser decididas e amplamente combatidas (DVORÁK, 2008, p. 99).

A partir desse entendimento, podemos inferir que a restauração tem por natureza a realização de medidas interventivas diretamente sobre o bem, ou seja, é

aplicável quando as ações que visaram preservar e conservar não foram eficazes ou falharam por diferentes razões, estando dessa forma o material acometido por algum tipo de dano em sua estrutura – física ou conceitual (CALDEIRA, 2006). A esse respeito, Lindaura Corujeira (1971) afirma que:

Documentos que não foram bem conservados devem ser restaurados e assim colocados em condições de uso, pelos pesquisadores, ou conservados para as futuras gerações. Cabe, então, ao restaurador, papel de grande relevo, procurando dar ao documento estragado um aspecto de novo, sem danificá-lo (CORUJEIRA, 1971, p. 44).

Assim, a restauração irá, a partir de uma análise e diagnóstico da condição do material, tomando por base sua estrutura e composição química, atuar de forma prudente e respeitando sua configuração original e realizar procedimentos que visem devolver a vitalidade, forma ou aspecto o mais fiel possível ao que foi um dia (BRANDI, 2004).

Vale salientar que, tendo em vista as poucas escolas no Brasil especializadas no ensino do fazer em restauro (anexo 01), dentre outras circunstâncias, a restauração é bastante realizada por profissionais de carreira ou mesmo de ampla formação com interesse, habilidades e conhecimentos nas áreas da química, patrimonial e que foram capacitados para atuar com diferentes materiais em condições e contextos diversos, pois a restauração chega a ser uma atividade insalubre, em certos casos, e que demanda cautela por parte do profissional, isso se levar em consideração os produtos químicos e equipamentos utilizados no processo de restauração, tais como os produtos solventes, sem mencionar o próprio ambiente de trabalho com suas variáveis e agentes ambientais físicos, químicos, ergonômicos, biológicos e de acidente (SPINELLI, 2011).

No entanto, ao que se pode verificar nas práticas cotidianas envolvendo a conservação e a restauração, não significa que pequenas intervenções em peças de domínio institucional não possam ser realizadas por outros profissionais, a exemplo dos profissionais da informação, claro que mediante o conhecimento e domínio das técnicas e especificidades do material a ser restaurado e a observância das questões anteriormente tratadas.

Também não se pode esquecer que as intervenções na área da restauração podem ser de grandes proporções, como em bens arquitetônicos, ou de pequenas proporções, como no caso de livros e outros documentos em menor escala métrica. Da mesma forma que podem ser complexas, quando demandam uma série de recursos e equipamentos, ou simples, quando se trata da sobreposição ou substituição de um elemento de fácil aquisição e quanto à técnica a ser desenvolvida (CALDEIRA, 2006).

Alguns exemplos práticos de restauração podem ser citados, como: reconstrução de fachadas arquitetônicas de um prédio histórico, obturação ou preenchimento de fissuras (provenientes de perda de partes por razões afins) e desacidificação aquosa da celulose do documento em suporte de papel, reconstrução de parte de uma obra rara como pintura e/ou escultura, dentre outros (SILVA, 2012).

Um contexto importante que deve ser destacado é a diferença existente entre a conservação e o restauro com relação à preservação⁴, tendo em vista que cada um corresponde a uma série de ações estratégicas a serem observadas por uma instituição ou pessoas e que tem como foco o resguardar de um bem ou um conjunto de bens para que estes perdurem em suas características intrínsecas e extrínsecas o maior período possível (CALDEIRA, 2006).

De certo modo, as associações do termo preservação de maneira recorrente à conservação e à restauração tornam-se um tanto quanto preocupantes em virtude da confusão envolvendo o uso dos mesmos, o que em alguns casos acaba ocorrendo com o emprego equivocado de um em detrimento do outro, como no caso da preservação e conservação, ou da negligência de especificidade que despreza o cunho semântico em prol da usabilidade e caracterização errônea de unificação do termo, ou seja, “*preservação, conservação e restauro*” como uma mesma coisa, pois como já tratado constam de contextos distintos e, mesmo que possuindo características comuns entre si, são na realidade diferentes (muito além dos termos) mediante as especificidades semânticas e da técnica/prática a que cada um corresponde.

⁴ Outro aspecto importante da preservação é sua flexibilidade, ou seja, pode ser aplicada tanto a bens materiais (aqueles compostos de matéria) quanto imateriais (os que não podem ser tocados ou que fazem parte da cultura e memória social). Esses bens, por sua vez, entendidos quanto patrimônio cultural e que, no Brasil, encontram-se citados na Constituição Federal de 1988 em seus Artigos nº 215 e nº216.

É interessante frisar que, de modo geral, o emprego do termo preservação em outras áreas do conhecimento, e mais especificamente em contextos disciplinares, não é algo que pode ser encarado como danoso ou prejudicial. Pelo contrário, dado o devido conhecimento sobre o sentido em que esteja a ser utilizado, associar preservação a abordagens diferenciadas apresenta-se de forma positiva e, para os padrões de pesquisa, acaba agregando um súbito, porém consciente, valor ou *status* associativo ao que se está pesquisando, isso para não chamar, em certos casos, de tendência conceitual na epistemologia.

Em análise, entretanto, a relação da preservação com outras tantas áreas do conhecimento exprime-se pelo potencial relevante em que seu já conhecido escopo semântico pode ser aplicado aos conteúdos, produtos e serviços e, como já abordado na visão de Max Dvorak (2008), a preservação trata de um campo disciplinar autônomo não isolado.

A esse respeito, como forma de contextualização, apresenta-se o caso da área de Ciências da Natureza e Exatas, por exemplo, as Engenharias de produção e de cunho ambiental, em que o termo também é aplicável à preservação do meio ambiente e outros contextos relacionados. Já nas Ciências Biológicas e da Saúde, a preservação está inserida nos temas ligados ao homem, desenvolvendo maneiras de preservar sua vida e sua saúde. Para as áreas de Ciências Humanas e Sociais, o engajamento é tido pela preservação da produção do conhecimento humano em suas múltiplas expressões. Segundo Biavoaschi, Lübbe e Miranda (2007), tal interesse articula-se às:

Preocupações da sociedade mais ampla, que passava a se inquietar, cada vez mais, com a “destruição de sua memória” e com as consequências políticas e culturais do “esquecimento”, sobretudo do esquecimento de acontecimentos traumáticos, vividos em tempos recentes e que não deviam mais se repetir. Por isso, ganhou espaço a ideia de um “dever de memória”, que em seu sentido primordial tem uma dimensão de reconhecimento da sociedade e do Estado em relação às “perdas e injustiças” sofridas por determinado grupos, que por sua vez se mobilizavam para reivindicar reparações de vários tipos, entre as quais seu próprio “direito à memória”. Porém, é possível igualmente reconhecer que, ao lado do que se convencionou chamar de “dever de memória”, e em diálogo com ele, também se desenvolveram uma consciência social e um desejo de “preservar” memórias de vários grupos e instituições, não mais necessariamente no marco da reparação de dívidas sociais e políticas. Assim, crescem as iniciativas, públicas e privadas, com explícito objetivo de guardar e também de produzir documentação, capaz de “garantir” as memórias – no plural – de um número cada vez maior e mais diferenciado

de grupos sociais, quer sejam reconhecidos como excluídos, quer não (BIAVOASCHI; LÜBBE; MIRANDA, 2007, p. 23).

No campo das Ciências Sociais e Aplicadas, encontram-se mais especificamente áreas disciplinares do conhecimento e do próprio campo de atuação profissional que tendem a ter uma aproximação maior com a questão da preservação do fruto do conhecimento humano através do registro da informação. Trata-se das bibliotecas, arquivos, museus e centros de documentação que são verdadeiras unidades de informação⁵ e, por meio dos profissionais inseridos nos contextos delas, são capazes de adquirir, preservar, acumular, armazenar e difundir um universo de saberes em prol da sociedade. Locais que também preservam a informação dos seus acervos documentais como recurso da memória humana e do saber científico.

Nas palavras de Heloísa Bellotto, as unidades de informação ou:

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes ao material de distintas origens (BELLOTTO, 2006. p.31).

Todas essas unidades de informação possuem, por sua vez, diferenças quanto à sistemática de tratamento, aquisição e disponibilização da informação. Ainda segundo Heloísa Bellotto, na obra *“Arquivos Permanentes: tratamento documental”* (2006, p. 38), a partir dessas considerações é possível estabelecer:

➤ Que a biblioteca é órgão colecionador (reúne artificialmente o material que vai surgindo e interessando à sua especialidade), em cujo acervo as unidades estão reunidas pelo conteúdo (assunto); que os objetos dessa coleção são culturais, técnicos e científicos; e que seus fornecedores são múltiplos (diferentes livrarias, editoras, empresas gráficas, empresas jornalísticas, laboratórios de microfilmagem etc.);

⁵ O termo “unidades de informação” também pode ser entendido ou reportado ao sentido contextual de “lugares de memória”, de certa forma, segundo a abordagem de Pierre Nora (teórico e historiador francês associado à História, mas que tem influenciado o pensamento também na área de Ciência da Informação), em sua obra *Les Lieux de Mémoire* (1984), mas que, por questões metodológicas, optou-se pela primeira, sendo que a segunda expressão pode também se fazer evocar ao longo do estudo.

- Que o arquivo é um órgão receptor (recolhe naturalmente o que produz a administração pública ou privada à qual serve) e em seu acervo os conjuntos documentais estão reunidos segundo sua origem e função, isto é, suas divisões correspondem ao organograma da respectiva administração; que os objetos primários do arquivo são jurídicos, funcionais e administrativos e que os fins secundários serão culturais e de pesquisa histórica, quando estiver ultrapassado o prazo de validade jurídica dos documentos (em outras palavras, quando cessarem as razões por que foram criados); e que a fonte geradora é única, ou seja, é administrativa ou é pessoal à qual o arquivo é ligado.
- Que o museu é um órgão colecionador, isto é, que a coleção é artificial e classificada segundo a natureza do material e a finalidade específica do museu a que pertence, e que seus objetos finais são educativos e culturais, mesmo custodiando alguns tipos de documentos originariamente de cunho funcional;
- Que o centro de documentação é órgão colecionador ou referenciador (quando não armazena documentos como as demais entidades obrigatoriamente o fazem e só referencia dados em forma física ou virtual). Seus objetivos são fundamentalmente científicos, já que a coleção (quando os documentos são armazenados) é formada de originais ou de reproduções referentes à determinada especialidade; incluem-se nessa categoria as bases de dados.

Mediante essa perspectiva, cada unidade de informação, seja ela biblioteca, arquivo, museu ou centro de documentação, possui sua própria dinâmica⁶ quanto ao processamento técnico. Porém, há um ponto que as aproxima e que se faz diferenciado em cada uma e ao mesmo tempo está presente em todas, ou seja, o documento independentemente de sua origem ou configuração enquanto suporte da informação.

No caso (em particular) dos arquivos, os documentos acumulados, também chamados de documentos arquivísticos, possuem sua própria dinâmica que, assim, os fazem únicos de forma orgânica, autêntica, indivisível e imparcial, o que será discutido ao longo das próximas sessões.

Retornando a questão dos acervos das Unidades de Informação, sob o patamar geral, vale destacar um fator comum a todas elas, ou seja, a informação que as aproxima ainda mais da Ciência da Informação (CI) que surge graças à necessidade eminente de se organizar todo um quantitativo de documentos já produzidos e em constante produção desde o período pós-guerra, a partir da colaboração mútua de

⁶ E, inclusive, algo que não está posto na fala de Bellotto, como no caso a atuação particular dos profissionais da informação que desenvolvem atividades nessas unidades, tomando por base a formação profissional, ou seja, arquivista – arquivo; bibliotecário – biblioteca; museólogo – museu, e estes dentre outros nos centros de documental mediante o atendimento das necessidades demandadas pela unidade.

diferentes profissionais de áreas distintas que se organizaram com o mesmo objetivo. Contudo, essa questão será mais bem abordada no capítulo 4.

Ainda segundo a ótica da Ciência da Informação, conforme verbete disponível *online*⁷ elaborado pela Universidade do Porto – Portugal, preservar implica em três planos distintos:

A conservação e o restauro do suporte, sendo este plano dominado pelo contributo das Ciências Naturais com suas técnicas e procedimentos testados e padronizados, gerando-se potenciais estratégias interdisciplinares; a adoção de medidas de gestão (políticas públicas) através de legislação e de organismos regulamentadores e fiscalizadores; e a intencionalidade orgânica de preservar para usar face a necessidades e imperativos orgânico-funcionais vários. Só este terceiro plano entra no objeto de estudo próprio ou exclusivo da Ciência da Informação e liga-se a outros tópicos fundamentais como a MEMÓRIA ORGÂNICA, a ORGANICIDADE e o SISTEMA DE INFORMAÇÃO (grifo do autor).

Por sua vez, o enlace comum que cabe neste momento entre as disciplinas que compõem a grande área de concentração da CI e que atuam diretamente com a preservação, organização, processamento e disseminação da informação é a questão documental, em que a grande problemática de como preservar para assegurar o acesso ao conteúdo informativo, bem como as características deste, a fim de garantir a fidedignidade de seu registro, posto que alguns documentos sejam relevantes pelo teor informativo, mas outros tendem a transmitir em sua própria configuração física um significado singular que o torna único e símbolo de uma representatividade social. Algo que na abordagem histórica tende a ser conhecido como documento/monumento, pois “nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado” (LE GOFF, 1980, p. 110).

A problemática documental, no entanto, desenrola-se desde a adoção e/ou criação dos primeiros suportes para registro de informações, da pedra passando pela argila, o couro e o papiro até a chegada ao suporte de papel aplicável a inúmeros registros como forma de materializar a informação. E que, por seu baixo custo e fácil distribuição, ganhou quase hegemonicamente a preferência em detrimentos dos demais

⁷ <<https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1753>>

suportes para determinados conteúdos informacionais, o que, contudo, não significa a totalidade, haja vista que, a depender da intencionalidade da manifestação, outros suportes são escolhidos (SCHELLENBERG, 2006);

Recentemente, de algumas décadas para o contexto atual, os suportes têm variado bastante, principalmente após o desenvolvimento dos meios magnético, digital e virtual que tendem a ganhar cada vez mais preferência nos mecanismos de produção e disseminação da informação, mas que ainda dividem espaço com outros gêneros documentais no contexto de sistemas híbridos ou que prevaleçam as informações em suporte físico (RONDINELLI, 2005).

A ampliação do entendimento de suporte para os documentos e sua plural concepção, por sua vez, vêm se consolidando cada vez mais em áreas como a Arquivologia que hoje já admite na qualidade de suporte uma vasta gama de formas e materiais nos quais se possam ter as informações registradas e com as quais os profissionais da área têm necessariamente que lidar (SCHELLENBERG, 2006).

Essa ampliação no que diz respeito ao conceito de documento pode, por conseguinte, ser analisada mediante uma dupla percepção no momento de se preservar. Ao passo que se amplia a diversidade de bens documentais, estes também acabam demandando novas formas de atuação e de políticas que contemplem e visem à preservação por parte das instituições e profissionais (não que diversos materiais ao longo do tempo não tenham sido preservados), pois, com o advento da tecnologia, na preservação dos digitais⁸ e digitalizados⁹ tornou-se um desafio preservar algo passível de obsolescência e de adulteração pela facilidade de uso, acesso e manipulação, características que identificam os documentos eletrônicos e digitais além da conhecida forma fixa e conteúdo estável (FERREIRA, 2006). Essa transformação do documento no decorrer da história, hoje o põe em um patamar conceitual onde, segundo Maria Odila da Fonseca (2005),

⁸ Documentos que nascem em meio digital e continuam sendo preservados em tal condição.

⁹ Documentos gerados em suporte físico, mas que, com o auxílio da tecnologia e técnica específica como a digitalização, passaram a figurar no universo digital.

O documento se transformou, então, de objeto físico em objeto conceitual, controlado por metadados que combinam virtualmente conteúdo, contexto e estrutura. Os documentos deixaram de ser artefatos fechados: o documento não é mais um objeto passivo, um registro de evidência, mas um agente ativo, jogando um papel contínuo na vida de indivíduos, organizações e sociedade (FONSECA, 2005, p. 63).

Então, pode-se inferir que, mediante o olhar da preservação sobre as novas modalidades de documentos (os conceituais), emerge mais um desafio que é a sua fragilidade e segurança quanto ao conteúdo informacional propriamente dito, ou seja, as informações que o mesmo representa. Baseadas nessa questão, políticas de preservação de documentos digitais e eletrônicos vêm sendo desenvolvidas por diversas instituições, inclusive, em alguns casos com contrapartida do próprio governo e através de colaborações de nível internacional. Essas políticas e estratégias de preservação, por sua vez, serão retomadas no capítulo 2.

Porém, em se tratando de preservação e documentos, parte-se para o uso de uma terminologia mais específica que é a Preservação Documental ou a Preservação de Documentos propriamente dita o que, por sua vez, acaba sendo um campo atraente a muitos profissionais que trabalham (do ponto de vista de tratamento e disseminação) com a informação, a exemplo do Arquivista, do Bibliotecário, do Documentalista e do Museólogo.

Como já mencionado, a aproximação das áreas do conhecimento com a questão da preservação do patrimônio histórico, científico e tecnológico atua de forma a despertar o interesse sobre temas recorrentes e que podem ser encontrados em publicações nacionais e internacionais, em eventos por meio de eixos temáticos, seminários, palestras e disciplinas de caráter técnico nos currículos dos cursos superiores de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2013).

Essas demandas e interesse pelo campo da preservação por parte dos profissionais da informação também é proveniente dos desafios que estes enfrentam e que são tão constantes e tão diversos quanto à própria informação presente em seus acervos. São demandas de usuários, exigências dos gestores, dificuldades de materiais e a própria formulação de políticas de preservação de documentos, seja por falta de uma

cultura organizacional que favoreça o desenvolvimento e aplicação desta ou a ausência de conhecimentos quanto ao patrimônio institucional e propriedade sobre a temática específica para a instituição (CARVALHO, 1997). Nesse sentido, Maria Celina Silva (2012) sugere que:

Para preservar o patrimônio cultural é necessário; **conhecê-lo**, através dos mecanismos de identificação e avaliação, como inventários, diagnósticos, cadastros e pesquisas realizadas pelos órgãos de preservação, em conjunto com os profissionais e a comunidade; e **protegê-lo**, utilizando-se de atos, como o registro, o tombamento e o estabelecimento de normas adequadas de acesso, uso, guarda e preservação (SILVA, 2012, p. 75, grifo do autor).

É fato que a preservação documental tem que ser encarada como uma estratégia política da instituição que favoreça e dê subsídios para que ações sejam idealizadas e postas em prática em prol da manutenção do acervo que é potencialmente fonte de informação e, em alguns casos, também da memória social.

A partir da observância das técnicas e procedimentos a serem adotados como medidas de preservação dos documentos, cada instituição deve ter em mente a responsabilidade e autonomia em deliberar sobre as técnicas, procedimentos e políticas aplicáveis à realidade institucional levando em consideração os recursos humanos, financeiros e materiais disponíveis.

A questão política da preservação recai, então, sobre a capacidade dos profissionais se articularem e lançarem mão de propostas inovadoras e consistentes aos seus superiores que irão deliberar acerca da implantação ou não de uma política de preservação¹⁰ que também pode receber outras denominações, como programa de preservação, estratégia de preservação. “A política de acesso e preservação de uma instituição deve ser muito bem definida, pois esta vai estabelecer a relação entre os usuários, funcionários e a coleção” (SILVA, 2012, p.84).

¹⁰ Aqui, por sua vez, optou-se por adotar a denominação do temo “política” pela versatilidade e aproximação com a proposta do estudo e pela visão de que o termo política sugere um entendimento amplo enquanto ação em prol de algo, neste caso, da sociedade, através do acesso global à informação, culturas e memórias por meio dos documentos.

Fato que não se pode omitir é que sem uma política de preservação documental os acervos que deveriam assegurar o acesso à informação vêm se deteriorando com o passar do tempo, e o resultado disso pode ser uma sociedade sem cultura de qualidade e sem o direito reconhecido à informação, visto que suportes em más condições de uso acabam sendo mais um obstáculo que uma alternativa plausível de recuperação da informação (CARVALHO, 1997). Nesse sentido, conclui-se que a existência de um documento no acervo não é garantia de que o conteúdo deste possa ser efetivamente acessado. Eis então a necessidade e dever moral de efetivamente se preservar. Afinal, “a informação para ter valor, precisa ser recuperável, tornar-se acessível aos usuários que dela necessitam, sejam eles políticos, cientistas, tecnólogos, artistas, cidadãos do mundo” (THIESEN, 2013, p.201).

Segundo Maria Celina Silva (2012, p.74), as justificativas para se estabelecer um programa de preservação do patrimônio cultural, no qual estão inseridas diversas modalidades da expressão da produção do homem, dentre elas os documentos, são:

1. Para garantir o exercício da memória e da cidadania;
2. Para garantir a continuidade das manifestações culturais;
3. Para garantir o produto intelectual, a acumulação do conhecimento e do saber pelo homem, no decorrer da história;
4. Para garantir a manutenção dos elementos da natureza e do meio ambiente.

O programa de preservação ou mesmo a política de preservação, assim como qualquer projeto, deve partir de argumentos norteadores. Quando se trata de patrimônio, garantir que aspectos como memória, cidadania e cultura se façam presentes nessas políticas é de extrema importância, pois atua como fator de visibilidade e empoderamento social do valor que tais questões possuem além do fato de que a preservação é uma ação que requer o exercício constante da lembrança acerca das necessidades, relevâncias e principalmente sobre o quê se deve preservar.

Entretanto, pode-se inferir que, para um programa de preservação de fato lograr êxito, além das necessidades gerais, faz-se necessária a observância do caráter particular de cada instituição e/ou unidade de informação, pois, assim como cada acervo é único, as políticas também devem ser diferenciadas e criteriosamente adotadas segundo as necessidades da instituição.

Por isso, é imprescindível que os profissionais do quadro técnico sejam devidamente capacitados, plurais e possuir um senso corporativo dinâmico capaz de se articularem entre si, pois, sem uma mobilização e intervenção na cultura organizacional, raramente as ações que visem à preservação documental dentro do sistema serão bem-sucedidas, posto que isoladamente não seja possível atingir a totalidade das políticas pré-estabelecidas para uma organização. Mais sobre essas questões será discutido no capítulo 4.

Destarte, dentro de um plano de políticas de preservação são necessárias muitas e exaustivas reflexões sobre toda estrutura de ambientes interno e externo, assim como condições climáticas, fluxo de pessoas e veículos, dentre outros fatores passíveis de acometer negativamente os materiais e estruturas que compõem o acervo documental.

Diante de todos esses diálogos postos em relação à multiplicidade de interações envolvendo a preservação documental, fica nítido seu caráter interdisciplinar e, principalmente, os desafios enquanto política de preservação especificamente falando, pois requer o exercício da *práxis* nas unidades de informação, bem como o embasamento no discurso político dos profissionais. E uma ótima alternativa para isso é o domínio para além dos aspectos epistemológicos e técnicos envolvendo as questões de preservação, pois também se torna interessante que os profissionais que atuam na área desenvolvam uma boa base de conhecimento legal para articular com os gestores e os próprios funcionários do corpo administrativo. O próximo capítulo trará um apanhado de questões legais que podem auxiliar no processo informativo acerca das questões legais para o contexto da preservação.

3. NECESSIDADES E ASPECTOS LEGAIS DE ATUAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL: O que? Por quê? E para quem?

No diálogo iniciado no capítulo anterior, foi abordada a preservação e suas múltiplas relações com outras áreas do conhecimento e, como é de se perceber, o termo documento é algo recorrente. Dessa forma, visando enriquecer a discussão, foram selecionados alguns dos conceitos de documento que serviram de base para sua contextualização neste estudo, pois uma vez entendidos em sua ampla concepção, ou seja, independente de seu suporte, os documentos são a expressão registrada do conhecimento humano através de suas atividades, também são a prova de direitos e um artefato de auxílio à memória. Nesse sentido, Lindaura Corujeira (1971) contextualiza documento como sendo:

Tudo aquilo que pode comprovar a evidência de algum fato ou alguma coisa. O termo propriamente inclui rochas pré-históricas, gravuras e desenhos sobre osso e chifres de veados, ostraca, pinturas, amuletos gravados, varetas entalhadas, calendários rúnicos, placas de bronze e muitos outros instrumentos nos quais o homem, desde os tempos mais remotos tem deixado uma história: em pinturas, esculturas, símbolos fonéticos, letras gravadas ou escritas. Hoje em dia, também os filmes, microfilmes, diapositivos, discos, etc. São considerados documentos (CORUJEIRA, 1971, p. 1).

Essa visão sobre documentos do início da década de setenta, meados do século XX, é importante para que se possa utilizá-la como parâmetro à evolução do conceito. De forma geral, Lindaura Corujeira (1971) já adotava sob uma perspectiva abrangente e vanguardista o contexto de documento para descrevê-lo segundo as tecnologias disponíveis na época. O que faz lembrar que, no início das discussões sobre tratamento documental, Paul Otlet (1937), uma das grandes referências na área de documentação, também já caracterizou documentos segundo uma visão ampla aos aspectos do desenvolvimento que se vivia no período. Mediante as possibilidades de suportes e além dos tradicionais em gênero textual com base de papel, Otlet incluiu em sua descrição objetos tridimensionais (medalhas) e audiovisuais (filmes e radiofônicos).

Nesta jornada conceitual do que vem a ser documento, por entre as décadas, eis que se dá um salto, chegando aos anos dois mil, a partir da perspectiva de alguns autores da virada do século XXI e que acabam sendo empregados fortemente até hoje, principalmente, pela natureza epistêmica e representatividade em áreas específicas do conhecimento. Nesse sentido, segundo a perspectiva arquivística, o conceito de documento encontra-se Heloísa Bellotto (2006) que o caracteriza como sendo:

O livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana. Tona-se evidente, assim, a enorme abrangência do que seja um documento (BELLOTTO, 2006, p. 35).

Assim como Heloísa Bellotto, outro autor de grande influência segundo a abordagem arquivística é o teórico Theodore Schellenberg que apresenta um conceito bastante estabelecido do que vem a ser documento, mas que surgiu em décadas passadas e foi transitando entre as reedições de seu livro *“Arquivos Modernos: princípios e técnicas”* até os dias atuais. O autor vai além da inclusão das características física, gênero e espécie dos documentos e passa a vislumbrar também outras variáveis, como o contexto intelectual, de produção e finalidade. Todavia, pode-se perceber, também, que o enlace entre documento e preservação ou mesmo a necessidade desta diante do conceito empreendido por Schellenberg (2006) é quase que intrínseco, ou seja, os documentos são:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Contudo, ainda se tratando da conceituação documental, adentra-se na era digital e, segundo o momento atual de produção de documentos em meio à sociedade da

informação, é compreensível que seu conceito acompanhe mais uma vez o contexto e a realidade social, ganhando, assim, uma nova modelagem. Nesse sentido, Miguel Ferreira (2006, p. 21) faz uma abordagem à luz da tecnologia e caracteriza o documento segundo um objeto de informação ou *objeto digital* que passa a compreender “documentos de textos, fotografias digitais, diagramas vetoriais, bases de dados, sequências de vídeo e áudio, modelos de realidades virtuais, páginas da *Web* e aplicações de software”, dentre outros.

Entretanto, mediante os conceitos apresentados e outros tantos possíveis e que não estão postos aqui, o documento, nesta pesquisa, é de uma abrangência ampla que visa dar conta dos gêneros existentes na época de conceituação, enquadrando, assim, documentos textuais, tridimensionais, iconográficos, audiovisuais, eletrônicos, digitais e virtuais, o que concentra toda e qualquer outra forma de materialização ou representação da expressão humana a partir de suas relações sociais em nível institucional (jurídico ou civil) que, por conseguinte, possa ser fonte de informação sobre atividades diversas envolvendo culturas e vivências individuais ou coletivas.

Essas mudanças no contexto conceitual de documento, observadas neste pequeno recorte teórico, podem ser explicadas pela busca de adequação dos autores à realidade da época e, principalmente, aos suportes disponíveis, afinal, “o conceito do documento é mais amplo do que no passado, porque reflete a própria complexidade do seu ambiente de produção” (RODRIGUES, 2014. p. 10).

Dadas as devidas definições e contextualizações para o entendimento de documento, passa-se, então, do patamar teórico à prática, pois, enquanto fruto da atividade humana, o documento pode ser produzido e acumulado tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, configurando distintos acervos, ou seja, aqueles de cunho pessoal, montados em forma de arquivos pessoais ou memoriais e os que assumem um caráter eminentemente de acervos históricos, bem como há a possibilidade de reunião dos documentos em acervos jurídico-administrativos mantidos por instituições empresariais. E é neste aspecto quanto ao valor de prova das relações institucionais de pessoa física ou jurídica que a preservação dos documentos, mais que prever o valor de memória que estes carregam consigo, deve atentar para o valor legal e de representatividade jurídica de direitos e deveres individuais e coletivos. Nesse sentido,

passa-se a abordar algumas das questões legais de atuação para preservação documental no Brasil, uma vez que:

Ali **[nos acervos]** estão documentos de direitos e deveres do Estado para com o cidadão e do cidadão para com o Estado: provas e testemunhos que ficarão armazenados. Serão “dados” até que a pesquisa os resgate, transformando-os em “informações”, que poderão demonstrar, afinal, como se efetuam as relações Estado-sociedade, e deles faça sua análise, síntese, crítica e “explicação” (BELLOTTO, 2006, p. 25, grifo nosso).

Porém, não é uma tarefa fácil trabalhar com a organização e tratamento dos documentos, principalmente para os profissionais da informação, seja na esfera pública ou privada, uma vez que muitos acervos encontram-se negligenciados, restritos e falta sensibilidade dos gestores (SOUSA, 2007). Todavia, esses profissionais, além dos conhecimentos teóricos, devem lançar mão da própria legislação como forma de dar respaldo ao seu trabalho. É fato, no entanto, que, assim como a própria Constituição Federal, a legislação que prevê legalmente o tratamento e a própria preservação dos documentos no Brasil é recente se comparada a de outros países, como os Estados Unidos da América (EUA).

Algumas das leis que, segundo um patamar legal, servem de argumento a militância e atuação no que tange a salvaguarda e manutenção dos acervos documentais, muitas das vezes, fazem de forma indireta. No entanto, por sua instrução normativa englobar muitas variáveis, acabam abrindo precedentes para a arguição de ações que visam o tratamento documental, como é o caso da Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal Nº 101, de maio de 2000, uma vez que prevê a transparência na gestão pública dos recursos financeiros. A esse respeito, conseqüentemente, toma para os gestores a responsabilidade de tratar, organizar e preservar os documentos que possuam as informações contempladas pelo presente dispositivo legal, visando, assim, assegurar a guarda, a disseminação e o acesso aos dados informacionais subentendidos na referida Lei.

Outra lei que se tornou suficientemente conhecida na atualidade, por seu teor associativo à causa documental e que contou com grande repercussão por parte dos órgãos públicos, como no caso da Controladoria Geral da União (CGU), que encabeçou

uma verdadeira campanha de promoção do livre acesso à informação, foi a então popular Lei de Acesso a Informação (L.A.I.). A L.A.I. Nº12. 527, para os pesquisadores e, principalmente, para os profissionais da área de arquivologia, surge como um marco na transparência das informações públicas no Brasil e vem regular o normativo constitucional previsto no inciso XXXIII, Artigo 5º, no inciso II §3º do Artigo 37 e no §2 do Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil e que altera a Lei Nº 8.112, de dezembro de 1990, revogando a Lei Nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei anterior (Lei Nº 8.159), de janeiro de 1991, que, por sua vez, regula o direito constitucional de acesso à informação.

Dessa forma, as medidas de mesma natureza das leis como a de Responsabilidade Fiscal Nº 101, a L.A.I. Nº 12.527 e a Lei Nº 8.159 (também conhecida como lei dos arquivos) atuam como um argumento auxiliar às políticas de preservação tanto na esfera pública quanto privada por uma questão de simples associação, ou seja, não é possível tornar eficientemente tangível um sistema de tratamento e recuperação da informação, do qual se deseja obter em tempo hábil os documentos e sempre que solicitado, se as condições do acervo e do próprio documento não são coerentes com as necessidades reais e demandas operacionais da empresa ou instituição. Seguindo essa linha de raciocínio, um dos primeiros passos para que se possa atuar dentro da legalidade e em um nível satisfatório, atendendo às exigências legais, é a organização dos documentos que se enquadra como parte das políticas de preservação (SCHELLENBERG, 2006).

Em se tratando de acervos de cunho pessoal, passado o período probatório ou aquele no qual o indivíduo obrigatoriamente perante a Lei tem de prestar contas aos órgãos competentes, muitos dos documentos (quando não sua totalidade) acabam sendo eliminados ou se perdem com o passar do tempo por falta de tratamento ou mesmo de uma visão, segundo um contexto de memória, por parte de seus proprietários ou mantenedores. Em contraposição a essa realidade, há aqueles acervos notáveis que mesmo com o passar do tempo tiveram seus documentos preservados em razão da sensibilidade dos responsáveis acerca de sua potencial contribuição e relevância para a história e a sociedade e que servem de meio para pesquisa e representatividade da memória individual em meio à coletividade (SILVA; SANTOS, 2012).

A preservação dos acervos documentais de caráter pessoal, que geralmente são privados¹¹, por sua vez, possuem três vias de manutenção que possibilitam que estes continuem atendendo as necessidades cíveis, científicas e culturais da sociedade, que são: por meio do engajamento de entes familiares que investem seus recursos na preservação do acervo; ou quando esses acervos são repassados a terceiros para que mantenedores responsabilizem-se legalmente pela guarda e preservação que, inclusive, pode ser feita por uma instituição no âmbito de uma unidade de informação; ou qualquer outro tipo instituição especializada mediante os trâmites legais de transferência e compromisso com a responsabilidade confiada (SILVA; SANTOS, 2012).

Segundo a Lei Nº 8.159, de janeiro de 1991, no Capítulo III, Art. 15, “os arquivos privados identificados como de interesse público e social poderão ser depositados a título revogável, ou doados a instituições arquivísticas públicas”. Por sua vez, a autoridade competente por conferir o título de interesse público é o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), com base no Capítulo V, do Decreto Nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que também regulamenta a Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Contudo, ainda há uma terceira iniciativa de manutenção dos acervos pessoais que são os projetos de financiamento à pesquisa e preservação da memória e cultura realizados através de editais de empresas públicas ou privadas (SILVA; SANTOS, 2012).

De acordo com esse último ponto, pode-se considerar a possibilidade eminente de salvaguarda dos acervos privados segundo as estratégias públicas ou com contrapartida da iniciativa privada dentro da competência de políticas de preservação, o que, na visão de Maria Celina Silva (2012), está enquadrado na possibilidade de:

Elaboração de projetos para agências de financiamento e estabelecimento de parcerias com instituições que desenvolvam pesquisas e projetos nas áreas de conservação, preservação e restauração, que devem ser contatadas sempre que necessário. Não esquecer que os recursos financeiros devem ser estabelecidos, de forma realista, antes da formulação de qualquer projeto, devendo estes ser suficientes para concluir todas as etapas de trabalho descritas no documento, não importando se os recursos são advindos do orçamento da instituição ou de agência financiadora (SILVA, 2012. p. 84).

¹¹ Estão excluídos os acervos dos presidencialistas descritos no Decreto Nº 4.344, de 26 de agosto de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991.

Entretanto, como pode se perceber, qualquer tipo de ação que envolva acervos pessoais e privados não está isenta da responsabilidade de observância da Lei, uma vez que acervos de caráter público ou privado que comunguem com a produção e acumulação de documentos são antes de tudo arquivos que, no Brasil, estão previstos segundo a Lei Nº 8.159, em seu Art. 2º, e descritos como sendo “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”.

Ainda em conformidade com a Lei Nº 8.159, no Capítulo III, Art. 11, são considerados arquivos privados “os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”. E o Art. 12 do mesmo capítulo estabelece que os arquivos privados “podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional”, sendo, portanto, passíveis à preferência do Poder Público em caso de alienação, da qual estes documentos de cunho privado estão resguardados, segundo o Art. 13 da referida Lei. O acesso à informação dos arquivos privados também se encontra previsto e condicionado mediante autorização de seu responsável legal na forma da Lei Nº 8.159.

Diante do exposto, pode-se inferir que, para além do documento, seu conteúdo informativo assegurado pela Lei e, mais especificamente, seus suportes tendem a ser o marco transformador de uma nação, ou seja, os documentos que têm por essência a função nata de ser o meio através do qual o conhecimento, na modalidade de informação registrada, é difundido e resguardado às diferentes gerações, também forma além de informar.

Tendo em vista o valor nato do documento, a legislação também prevê a salvaguarda deste visando, sobretudo, a informação que é parte constitutiva da memória social, a exemplo da Resolução de Nº 34, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), de 15 de Maio de 2012, que, além de considerar que a preservação de acervos documentais é fundamental para garantir o acesso e a difusão da informação, essenciais para a constituição da memória social e exercício pleno da cidadania, ainda

dispõe sobre a adoção das recomendações para o resgate de acervos danificados por água, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

O SINAR, por sua vez, conforme previsto no Decreto Nº 4.073 da Presidência da República, em seu Art. 10, tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo e conta como órgão central o CONARQ(Art. 11.). Os integrantes ao SINAR são:

- I - o Arquivo Nacional;
- II - os arquivos do Poder Executivo Federal;
- III - os arquivos do Poder Legislativo Federal;
- IV - os arquivos do Poder Judiciário Federal;
- V - os arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- VI - os arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- VII - os arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo.

De forma geral, os membros do SINAR possuem atribuições bem definidas que versam desde a promoção da gestão e preservação de documentos, passando pela colaboração conjunta ao CONARQ e entidades relacionadas, até a disseminação de informação e atuação no aperfeiçoamento de pessoal.

A respeito do CONARQ, ainda se faz oportuno salientar que o mesmo, enquanto órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, de acordo com a já referida Lei Nº 8. 159 e os Decretos que se fizeram seguir ao de Nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, é o órgão regulador nacional das políticas de arquivos de caráter público e/ou privado, da mesma forma que atua como entidade normativa que visa à gestão e proteção de documentos de Arquivo.

Na condição de órgão regulador, o CONARQ ainda prevê, em sua Resolução de Nº 27, de 16 de junho de 2008, o dever do Poder Público, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de criar e manter Arquivos Públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas que, em seu Art. 2º, item II, infere sobre a observância da infraestrutura física, material e tecnológica

adequada para a guarda, armazenamento e preservação de documentos de acordo com as normas e legislação em vigor.

A este ponto, fica nítido o caráter valorativo e o aspecto de interesse e avanço da área de Arquivologia em detrimento de outras no tocante à preservação documental, tanto em meio físico como digital, principalmente, no que tange ao contexto institucional. Isso provavelmente acontece em razão da consciência adquirida do valor potencial e real que a informação presente nos documentos de arquivo possui para o campo de atuação profissional do Arquivista, assim como o respeito e a consciência da relevância que suas informações têm para a sociedade (BELLOTTO, 2006).

Pode-se observar claramente essa questão refletida na concreta e consolidada base normativa que a Arquivologia apresenta por meio da Legislação Arquivística Brasileira de acesso livre e disponibilizada pelo CONARQ, através de seu site, com possibilidade de *download* também de forma gratuita da publicação periodicamente atualizada, que compila: Excertos da Constituição Federal da República, Leis e Decretos Lei, Medidas Provisórias, Decretos, Portarias e Instruções Normativas Federais, Resoluções, Atos dos poderes Legislativo e Executivo, Legislação dos Estados e Municípios e resoluções do próprio CONARQ. Alguns desses normativos, inclusive, foram utilizados na construção deste capítulo.

Fazendo um adendo¹², ao se tratar do CONARQ, não se poderia deixar de citar as contribuições e relevância que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem realizado ao longo de sua trajetória de atuação desde sua criação, por meio da Lei Nº 378, de 13 de janeiro de 1937, principalmente, no que tange à defesa dos bens patrimoniais de caráter material e imaterial no Brasil, por meio do tombamento reconhecido por meio do Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. E, por sua vez, procede em quatro modalidades de “livros de tombo”: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

¹² Vele frisar que esta pesquisa é um recorte dentro de um universo, bem como a proposta aqui apresentada não é mitigar o debate ou mesmo fazer um levantamento de legislações, normas e outros dispositivos legais. Nesse sentido, cabe a colocação.

Recentemente criado através da articulação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), órgão colegiado do Ministério da Cultura estruturado a partir do Decreto Nº 5. 520/2005, por meio da Lei Nº 12. 343, de dezembro de 2010, em conformidade ao Art. 215 da Constituição Federal do Brasil, que criou o Plano Nacional de Cultura (PNC), ainda na esfera de atuação nacional atua à frente das políticas culturais no país. Esses órgãos são de extrema relevância, principalmente por darem conta de todo um arsenal patrimonial que não está subscrito nos bens documentais, mas que também necessitam de preservação.

Tendo em vista a diversidade de instrumentos legais e normativos que dão respaldo ao direito de acesso à informação, bem como as ações de ordem legal que visam à preservação dos documentos custodiados pelas mais distintas instituições produtoras e de custódia, há, contudo, questões que valem a pena ser esclarecidas quanto ao acesso, principalmente no que tange aos documentos de caráter público, pois,

Visto que os documentos públicos são de propriedade do Estado, todos os cidadãos que coletivamente o constituem têm direito de usá-los. Os direitos dos cidadãos como coproprietários, entretanto, não chegam ao ponto de permitir-lhes, individualmente, usar os documentos de uma maneira prejudicial para os documentos. A propriedade do povo deve ser fielmente preservada pelos encarregados de sua custódia oficial de modo que possa ser usada pelas gerações presentes, bem como futuras. O arquivista deve, pois, formular normas e métodos relativos ao uso de documentos que sejam de interesse de todos. Deve tentar fazer com que se possa dispor de material num máximo compatível com uma estimativa razoável quanto à preservação do mesmo, pesando, de um lado, as solicitações dos consulentes atuais e, do outro, as solicitações da prosperidade pela preservação dos documentos (SCHELLENBERG, 2006, p. 353).

Em outras palavras, a contrapartida do direito ao acesso a informação é a preservação dos documentos por aqueles que fazem uso destes, afinal, assim como todo e qualquer outro bem patrimonial público, causar dano aos documentos configura ato de dano ao patrimônio público enquadrado no Decreto-Lei do Código Penal Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Vale frisar que os documentos são preservados mediante sua importância ou até que atendam a finalidade para a qual foram gerados. Dessa forma, é prudente enfatizar que um documento, uma vez produzido, pode seguir dois destinos diferentes: a

eliminação por extirpação da vida útil e cumprimento do dever legal, ou ser preservado por tempo indeterminado por ter valor de guarda permanente e ser de interesse à memória social e à pesquisa (SCHELLENBERG, 2006).

Os prazos de guarda dos documentos geralmente são definidos por cada instituição mantenedora, por exemplo, determinada coleção de livros é tão rara que os gestores de uma biblioteca pretendem mantê-la preservada pelo teor informacional (contexto de produção) e também, com o passar dos anos, ter se tornado uma obra rara e de expressivo valor enquanto matéria da produção humana. E isso também pode se dar porque:

Os documentos de biblioteca são resultado de uma criação artística ou de uma pesquisa; e podem ainda objetivar a divulgação técnica, científica, humanística, filosófica etc. É material que trata de informar para instruir ou ensinar. Os documentos são gráficos, sejam esses impressos ou manuscritos, desenhos, mapas, plantas, ou são material audiovisual. Sua forma usual é a impressa e múltipla, isto é, a mesma obra pode existir em mais de uma biblioteca. São documentos mais acessíveis e os mais conhecidos do grande público (BELLOTTO, 2006, p. 37).

O exemplo dado utilizando a biblioteca, na verdade, serve para ilustrar o que pode ocorrer nas mais diferentes instituições e também acervos. Contudo, em se tratando da documentação arquivística e de outras congêneres, devem ser observados critérios normativos adotados para fins de avaliar a documentação e informação produzida no âmbito de seu exercício legal, a exemplo do Decreto Nº 7.724, de maio de 2012, que regulamenta a Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição que, por sua vez em seu Capítulo IV; Seção II, Art. 34. dispõe que os órgãos e entidades poderão constituir Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos – CPADS, com as seguintes atribuições:

I - opinar sobre a informação produzida no âmbito de sua atuação para fins de classificação em qualquer grau de sigilo;

- II - assessorar a autoridade classificadora ou a autoridade hierarquicamente superior quanto à desclassificação, reclassificação ou reavaliação de informação classificada em qualquer grau de sigilo;
- III - propor o destino final das informações desclassificadas, indicando os documentos para guarda permanente, observado o disposto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e
- IV - subsidiar a elaboração do rol anual de informações desclassificadas e documentos classificados em cada grau de sigilo, a ser disponibilizado na Internet.

As CPADS fazem-se imprescindíveis ao passo que cada instituição possui características próprias quanto ao seu funcionamento. Dessa forma, a individualidade e autonomia de cada CPADS assegura que o valor documental seja analisado conforme sua importância particular para cada instituição, não estando a análise sujeita a um esquema geral que poderia não contemplar determinadas tipologias e especiais documentais que compõem os acervos únicos dos arquivos e que se poderia contextualmente julgar relevante.

A respeito do grau de sigilo e quanto aos prazos de guarda de documentos, um ponto merece ser destacado. Trata-se do caso dos acervos documentais da área de saúde no Brasil, compostos por documentos de caráter administrativo e documentos oriundos da atividade fim das instituições de saúde. Cumpre frisar, por sua vez, que os documentos de atividade fim, ou seja, os documentos advindos da prestação do serviço de atendimento aos usuários dos sistemas de saúde, são também chamados de prontuários do paciente ou prontuários médicos a depender do entendimento dos autores.

Os prontuários do paciente são custodiados por instituições como clínicas, consultórios médicos, porém sua massa expressiva medida pelo volume documental produzido encontra-se nos arquivos médicos hospitalares, também chamados¹³ de Serviços de Atendimento Médico e Estatística (SAME) e/ou Divisão de Arquivo Médico e Estatístico (DAME). No entanto,

Essa preocupação em registrar fatos da vida profissional, em anotar casos clínicos e cirúrgicos, continua nos dias de hoje, agora com normas éticas e legais estabelecidas e utilizando maneiras diversas para essas anotações,

¹³ Assim como no caso dos prontuários, a terminologia depende da abordagem do autor.

desde a tradicional, ficha manuscrita do paciente, aos modernos e eficientes arquivos do novo auxiliar – o computador. Esses documentos médicos não são apenas o prontuário ou ficha clínica dos pacientes, mas compreendem, além desses, os arquivos hospitalares, as prescrições ou receitas médicas, os atestados, os boletins e comunicações, os pareceres, os relatórios e os laudos periciais (LOUZÃ, 2002, p.202).

Em se tratando dos prontuários e, mais especificamente, ao que diz respeito aos níveis de guarda, esses documentos possuem prazos determinados pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), por meio da Resolução Nº 1.821/07 do CFM, que aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde. E, em seu Art. 8º, estabelece o prazo de 20 (vinte) anos, a partir do último registro, para a preservação dos prontuários dos pacientes em suporte de papel, que não foram arquivados eletronicamente em meio óptico, microfilmados ou digitalizados.

Porém, o CONARQ, no uso de suas atribuições legais e previsto segundo legislação específica, e o que segue a Resolução Nº22, de 30 de julho de 2005, deste mesmo órgão, colegiado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça, de acordo com a já referida Lei Nº 81. 159 e o Decreto Nº 4.073/2002, dispõe sobre as diretrizes para avaliação de documentos em instituições de saúde que, mediante o teor do conteúdo constante na Resolução Nº 1.821/07 do CFM, Art. 8º, sobre a delimitação de prazo de guarda referente ao prontuário do paciente, na realidade, trata-se de uma ingerência.

Por meio da exemplificação dos prontuários ainda é possível descrever acerca da hibridização dos sistemas de informação com a vigência de documentos de natureza física e digital. Do mesmo modo que recordam a categoria dos níveis de sigilo dos documentos, abordados por meio da Lei Nº5. 433¹⁴, de 8 de maio de 1968, que foi regulamentada pelo Decreto Nº4. 553, de 27 de dezembro de 2002, que tratava sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de *intersegurança* da sociedade e do Estado.

¹⁴ Revogado pelo Decreto Nº 7. 845, de 14 de novembro de 2012, que, por sua vez regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.

Dessa forma, baseados no Decreto Nº7. 845, de 14 de Novembro de 2012, que regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo e que dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento presentes no Art. 52, os níveis de sigilo apresentados são: ultrassecreto (U), secreto (S) ou reservado (R).

Como acontece em qualquer regulamento e norma, que são apresentados como ferramenta para se atingir o cumprimento da legislação vigente, no caso da preservação documental não é diferente. Alguns elementos tendem a ser mais específicos, como as recomendações presentes em manuais, mas, em contrapartida, algumas especificações, como os textos de Leis e Decretos, quando não explicitados no conteúdo, exigem cautela e interpretação para que se possa entrar em conformidade com o que é esperado.

No caso dos documentos, além dos instrumentos normativos, há outro elemento pelo qual são realizadas as políticas de preservação, ou seja, pelas pessoas que, muitas vezes, depositam nas Unidades de Informação a credibilidade de que terão, sempre que desejado, recursos informacionais que irão suprir suas necessidades informacionais nas mais diferenciadas especificidades e contextos nos quais estejam inseridos, seja a informação como lazer, estudo, trabalho e/ou conhecimento próprio. E, por assegurar aos usuários que o acesso à informação será efetivado, claro que a partir de outras tantas variáveis, é que a preservação documental faz-se legal, ética e moralmente imprescindível.

Fica, então, a título de reflexão para encerramento deste capítulo, a ideia de que preservar os documentos é dever do Estado, suas instituições e pessoas, visando, dentre outras ações, a garantia efetiva do direito ao acesso à informação e à própria memória e identidade social.

4. PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL NA AMBIÊNCIA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No contexto atual, em meio aos avanços tecnológicos, são inúmeras as possibilidades de criação, manutenção e guarda de documentos, e a atuação dos profissionais da informação está para além dos conhecimentos de ordem técnica e tradicional no que tange ao tratamento da informação (INNARELLI, 2012). Os meios utilizados como suporte, ou seja, “o material no qual são registradas as informações” (CONARQ, 2005, p. 159) e que compõem a gênese da informação e, conseqüentemente, do documento, evoluíram e se diversificaram acompanhando tendências tecnológicas e do mercado que gira em torno da informação (PINHEIRO, 2006).

Vale ressaltar que a ideia de documento, assim como a de suporte para a informação, modificou-se com o passar do tempo (ver capítulo 2). E isso ocorreu de tal forma que, dos temas já abordados até o momento, a cultura digital é a que mais impacta e preocupa, exatamente por criar mecanismos diferenciados de promoção e compartilhamento de documentos e informação. Por essa razão, inspira cautela, principalmente, por sua característica de forma fixa e conteúdo estável, no que diz respeito ao acesso do conteúdo informacional no mundo real, sendo este pura e simplesmente digital (RONDINELLI, 2013). Segundo Miguel Ferreira (2006),

Nos dias de hoje, uma parte significativa da produção intelectual é realizada com o auxílio de ferramentas digitais. A simplicidade com que o material digital pode ser criado e disseminado através das modernas redes de comunicação e a qualidade dos resultados obtidos são factores determinantes na adoção deste tipo de ferramentas. No entanto, o material digital carrega consigo um problema estrutural que coloca em risco a sua longevidade. Embora um documento digital possa ser copiado infinitas vezes sem qualquer perda de qualidade, este exige a presença de um contexto tecnológico para que possa ser consumido de forma inteligível por um ser humano. Esta dependência tecnológica torna-o vulnerável à rápida obsolescência a que geralmente a tecnologia está sujeita (FERREIRA, 2006, p. 17-18).

Nesse sentido, de algumas décadas passadas para o momento presente, os suportes, em decorrência do avanço na Tecnologia da Informação (TI), têm se modificado rapidamente caracterizando a sua natureza mutável, principalmente no que diz respeito a periodicidade na qual o suporte conta com uma adesão ao uso de forma expressiva e segundo a usabilidade no contexto de uma sociedade, como se observava nas tábuas de argila e pergaminhos no início das civilizações.

Esse processo dinâmico, por sua vez, impacta de forma relevante as técnicas e recursos aplicados à gestão e preservação do conteúdo informativo e do documento no caso dos documentos digitais (INNARELLI, 2012). E, ainda, diz respeito também à metainformação que, juntamente com o conteúdo informacional no material, irá informar ao usuário ou gestor acerca das etapas de preservação pelas quais tenha sido submetida, proveniência, autenticidade, ambiente/contexto tecnológico e condições legais (FERREIRA, 2006).

A variabilidade do suporte, que diz respeito, principalmente, às configurações e ao aparato tecnológico que cada suporte requer que seja empregada para a recuperação da informação registrada neste, bem como a segurança do conteúdo apresentado e durabilidade do mesmo, toma por base também as variáveis de tempo e condições ambientais de preservação as quais está condicionado. Por sua vez, as condições inadequadas de preservação, segundo Claudia Carvalho (1997).

Vão desde a localização – áreas poluídas, sem segurança e sujeitas a desastres naturais – até as características arquitetônicas dos edifícios, que contribuem para uma iluminação nociva e para o estabelecimento de níveis impróprios de temperatura e umidade, favorecendo os ataques biológicos. Aí também se incluem sistemas operacionais deficientes, que propiciam o vandalismo, a falta de manutenção e atitudes incorretas na manipulação dos acervos [...] O ambiente é um dos principais agentes de deterioração de bens culturais. Os efeitos produzidos pela luz, pela temperatura, pela umidade e pela contaminação atmosférica, isoladamente ou conjugados, estão sistematicamente identificados como agentes de deterioração, sobretudo dos materiais orgânicos, como o papel. Sabe-se também que as condições microclimáticas, isto é, as características específicas do lugar onde se localizam as coleções, definem em que grau cada um desses elementos interfere na sua conservação (CARVALHO, 1997, p. 02).

Outro impacto comum, além das condições ambientais de preservação, está relacionado ao processo de evolução e adaptação tecnológica, uma vez que, em menos de meio século, a contar dos primeiros computadores domésticos, passou-se a utilizar estes e outros equipamentos de hardware e software que corroboraram com a produção, difusão, recuperação e uso da informação tais quais os padrões atuais. Nesse sentido, em decorrência da amplitude no acesso e inovação tecnológica por meio da TI, os sistemas de informação passaram a ser complexos para, assim, cada vez mais, atender de forma coesa, e na medida do possível, a demanda informacional dos seus usuários (TARAPANOFF, 1989).

Se se tomar por base a tecnologia que deu origem ao extinto disquete até o período contemporâneo, no qual utilizamos como unidades de armazenamento e transmissão da informação para guarda e transporte de documentos unidades que conjugam hardware e software, como *pen drive* e *HD* externo, além dos próprios bancos de dados físicos e digitais, sem deixar de fora a alternativa que há bem pouco tempo era tida como sendo de cunho futurista e, hoje, uma realidade, ou seja, o “arquivamento nas nuvens”, pode-se verificar, em face ao processo transformador na forma de armazenagem, que em um curto espaço de tempo já se “coleccionam” equipamentos que figuraram como ferramentas que, por sua vez, tornaram-se obsoletas e deram lugar às novas tecnologias para realizar praticamente as mesmas funções. A esse respeito, Miguel Ferreira (2006) adverte que

A obsolescência tecnológica não se manifesta somente ao nível dos suportes físicos. No domínio digital, todo o tipo de material tem obrigatoriamente de respeitar as regras de um determinado formato. Isto permite que as aplicações de software sejam capazes de abrir e interpretar adequadamente a informação armazenada. À medida que o software vai evoluindo, também os formatos por ele produzidos vão sofrendo alterações (FERREIRA, 2006, p.19).

Assim, se por um lado a constante evolução e aprimoramento do ponto de vista das ferramentas e aparato tecnológico são capazes de viabilizar novas formas de interação e compreendem recursos aplicáveis a fins informacionais, por outro lado, toda gama tecnológica, que de certa forma é criada continuamente ou mesmo “superada”, passa então a comportar-se como novos paradigmas aos profissionais da informação e tem relação direta com o contexto de sociedade da informação. Segundo Castells (2000)

apud Werthein (2000), pode-se elencar os seguintes tópicos que se encontram relacionados aos paradigmas informacionais para o contexto da sociedade da informação:

A informação é sua matéria-prima: as tecnologias se desenvolvem para permitir ao homem atuar sobre a informação propriamente dita, ao contrário do passado quando o objetivo dominante era utilizar informação para agir sobre as tecnologias, criando implementos novos ou adaptando-os a novos usos. • Os efeitos das novas tecnologias têm alta penetrabilidade porque a informação é parte integrante de toda atividade humana, individual ou coletiva, e, portanto todas essas atividades tendem a serem afetadas diretamente pela nova tecnologia. • Predomínio da lógica de redes. Esta lógica, característica de todo tipo de relação complexa, pode ser, graças às novas tecnologias, materialmente implementada em qualquer tipo de processo. • Flexibilidade: a tecnologia favorece processos reversíveis, permite modificação por reorganização de componentes e tem alta capacidade de reconfiguração. • Crescente convergência de tecnologias, principalmente a microeletrônica, telecomunicações, optoeletrônica, computadores, mas também e crescentemente, a biologia. O ponto central aqui é que trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber tornam-se interligadas e transformam-se as categorias segundo as quais pensamos todos os processos (WERTHEIN, 2000, p. 72).

Nesse sentido, enquanto fruto da evolução do pensamento científico e no modo pelo qual as pessoas tendem a se relacionar com a informação através de suas necessidades e mecanismos para acessá-la, a sociedade da informação sofreu e continua sob forte influência da tecnologia que impacta, principalmente, no dinamismo com o qual a informação é produzida e compartilhada nos diferentes meios e contextos sociais. A informação tornou-se o pré-requisito para a atuação do homem em sociedade, mas as novas tecnologias são as verdadeiras ferramentas auxiliares do processo de informação e construção da nova estrutura social.

Dessa forma, a Ciência da Informação (CI), que surgiu exatamente em um momento crítico do processo de organização da informação, como foi o caso do período pós-guerra em meados ao ano de 1945, através das suas bases teóricas e experiência no tratamento da informação com foco na recuperação e disseminação, sem sombras de dúvidas, é uma das principais colaboradoras no processo de formulação e aplicabilidade dos saberes correlatos aos desafios atuais no campo da preservação dos documentos de contexto contemporâneo (GALVÃO; BORGES, 2000).

Assim sendo, o avanço das tecnologias que tornaram possível transpassar os paradigmas preliminares de acesso e compartilhamento da informação por meio de

equipamentos e estruturas eletrônicas e digitais acabou congregando cada vez mais um quantitativo maior de usuários e profissionais envolvidos no estabelecimento de padrões e parâmetros de produção e transmissão da informação (LE COADIC, 1996).

Diante disto, e pensando a curto, médio e longo prazo, os impactos e desafios do que tange à preservação da informação armazenada e compartilhada por meio das novas e recorrentes mídias de compartilhamento, assim como softwares aplicados à produção de documentos e os possíveis meios e locais de armazenamento, vão além da obsolescência, substituição e descarte de um material que não possui mais utilidade, afinal, passa-se a lidar com informações importantes que foram armazenadas e que interessam tanto a fins administrativos como possivelmente à memória (INNARELLI, 2012).

Em outras palavras, se toda descoberta de equipamento ou sistema desenvolvido aos olhos dos profissionais da TI é um avanço, muito provavelmente para o profissional da informação isso deve ser visto de maneira cautelosa, pois de forma proporcional a tecnologia suscita um domínio de conhecimento sobre suas potencialidades e limitações, principalmente, no que se refere à tecnologia digital que, segundo a *Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital*, desenvolvida pelo CONARQ (2005, p. 03), “é comprovadamente um meio frágil e mais instável de armazenamento, comparado aos meios convencionais de registrar informações, tendo um impacto profundo sobre a gestão dos documentos digitais no presente para que se tenha garantia de acesso no futuro”.

Dada a vida útil de muitos dos equipamentos e tecnologias serem de um curto prazo de duração, se comparados aos suportes tradicionais já utilizados para o registro da informação, muitos aparelhos e dispositivos eletrônicos e digitais acabam sendo substituídos pelo próprio comportamento do mercado de produtos e serviços tecnológicos regidos, também, pelos avanços nas descobertas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) (INNARELLI, 2012).

Sobre esse aspecto, Biavoasch, Lubbe e Miranda (2007) contextualizam que:

Uma significativa diferença entre os formatos digitais e os formatos analógicos é que os mecanismos de acesso para a mídia digital estão em estado de rápido fluxo. É possível ver um microfilme em uma máquina nova

ou em uma máquina de vinte anos atrás, o que não seria possível com um CD-ROM em um computador pessoal de vinte anos atrás, a menos que o CD-ROM seja de mesma geração técnica. Os sistemas de computação de uso pessoal são hoje rapidamente considerados obsoletos em um período de cinco anos (BIAVOASCHI; LÜBBE; MIRANDA, 2007, p.74).

Um exemplo bastante claro, e que afetou não só as grandes instituições como os indivíduos em seu contexto cotidiano de lazer e pesquisa, foi o portfólio de configuração do microcomputador (atualmente conhecido como desktop), cujos modelos de segunda geração possuíram um drive de disquete que, gradativamente, foi substituído pelo drive de disco compacto (CD) que, após um acréscimo nas funções, também passou a atuar com função de disco digital de vídeo (DVD) e que, paulatinamente, deixaram de ser oferecidos nos modelos recém-lançados, que contam, em sua maioria, apenas com entradas universais (USB) e para cartão de memória.

No campo da preservação documental também ocorreram avanços e transformações, onde foi transpassada a barreira e o pensamento subsidiado pelos formatos entendidos como o “conjunto das características físicas de apresentação, das técnicas de registro e da estrutura da informação e conteúdo de um documento” (CONARQ, 2005, p. 94), que de convencionais, ou seja, físicos e tridimensionais, passaram para o contexto eletrônico, ou seja, fazendo uso de algum tipo de equipamento para dar acesso ao seu conteúdo, bem como, mais recentemente, os suportes passaram a compor, também, o patamar digital e virtual.

Quanto à preservação por meio da tecnologia de digitalização, é de ser considerado que a mesma enfrenta, ainda, uma série de problemas para a sua consolidação. Isso porque os meios digitais estão mudando muito rapidamente. A preservação digital baseia-se em tecnologia de fluxo intenso, e significativas inovações em digitalização ocorrem de forma frequente (BIAVOASCHI; LÜBBE; MIRANDA, 2007, p.74).

Nesse sentido, emerge um dos grandes desafios contemporâneos dos profissionais da informação, ou seja, tratar a informação presente nos mais distintos suportes, agregando, inclusive, conhecimentos tecnológicos para a tomada de decisão no momento em que se planeja a etapa de preservação do acervo nos contextos

eletrônicos e digitais. A esse respeito, para além das já contextualizadas conceituações do termo preservação (capítulo 1), em face da nova conjuntura tecnológica, surge o desdobramento da preservação com abordagem no meio digital. Segundo Ferreira (2006, p.20),

A preservação digital consiste na capacidade de garantir que a informação digital permaneça acessível e com qualidades de autenticidade suficientes para que possa ser interpretada no futuro recorrendo a uma plataforma tecnológica diferente da utilizada no momento da sua criação.

Ainda de acordo com Ferreira (2006, p. 32-45), a preservação digital encontra-se centrada em ações específicas que visam estratégias de preservação no contexto digital, a saber:

- *Preservação da Tecnologia:* consiste na conservação e manutenção de todo o hardware e software no contexto tecnológico utilizado originalmente na concepção dos objetos digitais os quais se pretende preservar, tendo em vista a eminente obsolescência das tecnologias de modo geral.
- *Refrescamento:* consiste na transferência de informação de um suporte físico de armazenamento para outro mais atual antes que o primeiro se deteriore ou se torne irremediavelmente obsoleto. Contudo, o refrescamento isoladamente não consta como uma técnica de preservação.
- *Emulação;* baseiam-se, essencialmente, na utilização de um software, designado emulador, capaz de reproduzir o comportamento de uma plataforma de hardware e/ou software numa outra em que a partida seria incompatível. A grande vantagem dessa abordagem está na capacidade de preservar, com um elevado grau de fidelidade, as características e as funcionalidades do objeto digital original.
- *Migração/Conversão:* tem como objetivo manter os objetos digitais compatíveis com tecnologias atuais de modo que um utilizador comum seja capaz de interpretá-los sem necessidade de recorrer a artefatos menos convencionais como, por exemplo, emuladores. Por sua vez, a migração, neste caso, tem como foco o conteúdo intelectual e não o suporte.
- *Migração para suportes analógicos:* consiste na conversão de objetos para suportes não digitais com o intuito de aumentar a sua longevidade. Essa estratégia consiste, essencialmente, na reprodução de um objeto digital em papel, microfilme ou qualquer outro suporte analógico de longa duração e em concentrar os esforços de preservação em torno do novo suporte. Essa estratégia, no entanto, apenas pode ser

aplicada a objetos digitais que possuam uma representação aproximada em suportes analógicos como, por exemplo, documentos de texto ou imagens.

➤ *Atualização de versões:* consiste em converter softwares para formatos de uma linha de produtos concorrente, baseados na periodicidade e oferta das ferramentas, uma vez que muitos softwares são fechados ou de código de fonte proprietário.

➤ *Conversão para formatos correntes:* consiste em converter os objetos digitais para formatos de uma linha de produtos concorrente, de preferência formatos abertos.

➤ *Normalização:* tem como objetivo simplificar o processo de preservação através da redução do número de formatos distintos que se encontram no repositório de objetos digitais. Havendo um número controlado de formatos, uma mesma estratégia de preservação poderá ser melhor executada e controlada. A normalização promove, também, a interoperabilidade entre sistemas distintos.

➤ *Migração a pedido:* nesse tipo de migração, ao invés das conversões serem aplicadas ao objeto mais atual, estas são sempre aplicadas ao objeto original. Desse modo, se de uma dada conversão resultar um objeto substancialmente diferente do original, em uma futura conversão o problema poderá ser resolvido recorrendo a um conversor de melhor qualidade ou a um formato de destino mais adequado. Essa abordagem possui como principal vantagem o fato de, uma vez construído o módulo de decodificação do conversor (e o módulo capaz de ler as propriedades do formato de origem), apenas ser necessário desenvolver os codificadores específicos para cada formato de saída.

➤ *Migração distribuída:* trata-se da utilização de softwares e sistemas interativos por meio da Internet e Web os quais farão a conversão. Contudo, apesar das vantagens apresentadas, a migração distribuída poderá não ser adequada a todos os contextos.

➤ *Encapsulamento:* consiste em preservar, juntamente com o objeto digital, toda a informação necessária e suficiente para permitir o futuro desenvolvimento de conversores, visualizadores ou emuladores. Essa informação poderá consistir, por exemplo, em uma descrição formal e detalhada do formato do objeto preservado.

➤ *A Pedra da roseta:* consiste em imprimir em papel um conjunto representativo de documentos de texto juntamente com a sua representação binária. Essa estratégia deverá ser considerada apenas em situações em que todos os esforços de preservação falharam. Trata-se, sobretudo, de uma ferramenta de arqueologia digital e não propriamente de uma estratégia de base para preservação de objetos digitais.

Diante do exposto, cabe aos profissionais da informação a tarefa de balizar o acesso à informação, buscando sempre mediar os usos das tecnologias com foco nos usuários, mas sem abrir mão da preservação das fontes documentais, pois, mesmo que peculiares e distintas das formas já consolidadas, não deixaram de servir como suporte para a informação e muito menos se eximiram da potencialidade quanto aos aspectos da memória do ponto de vista do conteúdo registrado e da própria apresentação das características do suporte enquanto expressão de uma época, posto que serão essas mesmas tecnologias e os diferentes períodos que serão capazes de remontar uma cultura e seu comportamento por meio das interações sociais que marcaram um dado período (DODEBEI, 1997).

Em fase de tantas questões lançadas pelo avanço tecnológico, planejar a preservação documental parece ser uma das emergências e prioridades no contexto informacional. A curadoria digital e a busca por cada vez mais protocolos seguros de preservação fazem com que a interdisciplinaridade entre profissionais e áreas do conhecimento seja o requisito chave para a atuação frente aos novos modelos de sistemas de informação que estão envoltos na atuação perante o campo tecnológico.

Destarte, pensar a preservação de documentos sob o patamar tecnológico nunca esteve tão em pauta. No cenário mundial, como também no Brasil, é possível enxergar essa dinâmica por meio dos diversos projetos que são desenvolvidos e que, em seu contexto geral, visam assegurar as condições de acesso ao conteúdo informacional presente nos documentos que, na contemporaneidade, em sua grande maioria, acabam sendo produzidos em meio eletrônico, digital, virtual ou de alguma maneira se relacionando com os aspectos tecnológicos.

Ao longo dos últimos 10 anos, foram muitos os projectos e iniciativas que contribuíram para a edificação da base de conhecimento que actualmente suporta o domínio científico da preservação digital. Desses projectos resultaram ideias, conceitos e estratégias que conduziram ao reconhecimento universal do problema e à elaboração de possíveis soluções (FERREIRA, 2006, p. 20).

Diante dos movimentos globais que resultaram em ações, mediante um contexto recente de fórum mundial e que acabou por influenciar o cenário brasileiro,

destacam-se alguns exemplos acerca da preservação digital de documentos que, por sua vez, impactam direta ou indiretamente na área de documentação:

➤ O “*Projeto INTERPARES 3*” (2015): o *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems* é uma ação colaborativa internacional de pesquisa sobre documentos arquivísticos autênticos em sistemas informatizados, composta de diversas equipes regionais, nacionais e multinacionais. Esse projeto pretende traduzir a teoria e a metodologia de preservação digital, desenvolvida pelo próprio InterPARES e por outras ações de pesquisa, em planos concretos de ação para conjuntos documentais que devem ser mantidos por longo prazo por instituições arquivísticas ou Unidades de Arquivo dentro das organizações produtoras. Nesse processo, será elaborado o conhecimento detalhado relacionado a: teoria e metodologias gerais que podem ser implementadas em instituições de forma prática e efetiva; fatores que determinam o tipo de implementação mais apropriado a cada conjunto documental em cada contexto; habilidades requeridas dos profissionais que irão conduzir essas operações.

Com base nesses aspectos, serão desenvolvidos módulos de capacitação para programas de treinamento dentro das instituições, oficinas e cursos acadêmicos para preparar os profissionais com a competência necessária para preservar por longo prazo a herança documental da sociedade em formato digital, bem como garantir a transparência das organizações e instituições por meio da proteção da precisão e da autenticidade da informação digital por eles produzida. Participam do projeto como países membros: África, Brasil, Canadá, Catalunha, China, Colômbia, Coreia, Itália, Malásia, México, Noruega e Turquia.

➤ O modelo de gestão da “*International Organization for Standardization*” – a ISO 1472:3003, que também resulta no modelo conceitual “*Open Archival Information System*” (OAIS) (2015): trata-se de um modelo conceitual de repositório digital aplicável a diferentes instituições de unidades de informação a empresas de custódia de acervos institucionais e foi desenvolvido pelo *Consultive Committee for Space Data Systems* – CCSDS. Tem por finalidade descrever funções pretendidas de um repositório digital e os metadados necessários para a preservação e o acesso aos

materiais digitais gerenciados pelo repositório, que constituem em um modelo funcional e um modelo de informação. Atua na coordenação das atividades de acesso por meio de pacotes de informação SIP (Pacote de Submissão de Informação Entregue pelo Produtor), AIP (Pacote de Arquivamento de Informação – Pacote de informação que será objeto de preservação) e DIP (Pacote de Disseminação de Informação – Pacote de Informação derivado de um ou mais AIP, recebido pelo Consumidor em resposta a uma requisição dirigida ao OAIS). Bem como, estabelece os serviços e funções que assistem os consumidores na determinação da existência, descrição, localização e disponibilidade da informação armazenada no OAIS e permite que os consumidores solicitem e recebam produtos de informação.

➤ ¹⁵ O “ICA-AtoM” – o *Open Source Archival Description Software* (2015): software de descrição de documentos para arquivos permanentes baseado na Web em conformidade com as diretrizes do Conselho Internacional de Arquivos (ICA). Foi desenvolvido com ferramentas de código aberto (Apache, MySQL, HP, symfony), sendo o código subjacente *Qubit Toolkit*, desenvolvido nesse projeto, também um software de código aberto, de forma que não há custos para o *download* de nenhum dos programas necessários para a utilização do ICA-AtoM (ICA, 2012).

A identificação “AtoM” é um acrônimo para *Access to Memory*, ou Acesso à Memória, em português. O ICA-AtoM foi desenvolvido em torno das normas de descrição do *International Council on Archives*, sendo baseado em padrões para a descrição arquivística em um contexto multilíngue (atualmente 14 idiomas) e ambiente multiarquivos (aceitando descrições de qualquer número de instituições arquivísticas). Abrange, por sua vez, as normas: • *General International Standard Archival Description (ISAD(G)) - 2nd edition, 1999*; • *International Standard Archival Authority Record (Corporate bodies, Persons, Families) (ISAAR(CPF)) - 2nd edition, 2003*; • *International Standard For describing Institutions with Archival Holdings (ISDIAH) - 1st edition, March 2008*.

¹⁵ Vale frisar que o software ICA-AtoM não faz preservação digital de maneira isolada (assim como qualquer outra iniciativa), mas pode ser implementado como parte da estratégia de preservação dando acesso a informação e atuando dentro do panorama da cadeia de custódia e principalmente no resguardo das fontes documentais originais do acervo.

No contexto do Brasil, e mais especificamente na área de Arquivologia, a título de destaque, tem-se:

➤ O “*Programa Sociedade da Informação*” (2015): tem por premissa integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade e, ao mesmo tempo, contribuir para que a economia do País tenha condições de competir no mercado global. A execução do Programa pressupõe o compartilhamento de responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil.

As principais linhas de atuação desse programa são a promoção da competitividade das empresas nacionais e da expansão das pequenas e médias empresas; o apoio à implantação de comércio eletrônico e oferta de novas formas de trabalho, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação; a promoção da universalização do acesso à Internet; o apoio aos esquemas de aprendizado, de educação continuada e à distância baseados na Internet e em redes, mediante fomento a escolas, capacitação dos professores, autoaprendizado e certificação em tecnologias de informação e comunicação em larga escala; a implantação de reformas curriculares visando ao uso de tecnologias de informação e comunicação em atividades pedagógicas e educacionais, em todos os níveis da educação formal; a promoção da geração de conteúdos e aplicações que enfatizem a identidade cultural brasileira e as matérias de relevância local e regional; o fomento a esquemas de digitalização para a preservação artística, cultural, histórica e de informações de ciência e tecnologia; a promoção da informatização da administração pública e do uso de padrões nos seus sistemas aplicativos.

➤ O “*e-ARQ Brasil*” (2015): trata-se de um Modelo de Requisitos mínimos para Sistemas Informatizados de Informação de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD). Os requisitos, por sua vez, são direcionados a todos que fazem uso de sistemas informatizados como parte do seu trabalho rotineiro de produzir, receber, armazenar e acessar documentos arquivísticos e devem ser cumpridos pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos

próprios documentos, a fim de garantir sua confiabilidade e autenticidade, assim como sua acessibilidade.

➤ O Plano Nacional de Cultura (PCN) (2015): visa o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo no período de dez anos, ou seja, até 2020, que estão voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País. As metas do Plano, em número de cinquenta e três, foram estabelecidas por meio da ampla participação da sociedade e gestores públicos. Vale destacar que o sucesso do PNC só ocorrerá com o envolvimento de todos os entes federados, por meio do Sistema Nacional de Cultura.

➤ O CONARQ (2015): tendo em vista ser fruto de uma iniciativa do Governo Brasileiro, por sua vez, também pode ser categorizado como uma ação importante à preservação do patrimônio Arquivístico Nacional, seja por meio das ações de atuação visando diretamente à preservação dos acervos arquivísticos de modo geral, ou indiretamente através das publicações como as que possuem apelo tecnológico, por exemplo, as “Diretrizes para Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais”, a “Carta para Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital”, além do documento que prevê “Diretrizes para Presunção de Autenticidade de Documentos Digitais”, “Recomendações para Digitalização de Documentos de Arquivo Permanente”, e a publicação com os “Subsídios para a Inserção do Segmento dos Arquivos no Programa Sociedade da Informação no Brasil”.

Ainda a título de preservação, pode-se contextualizar o software Archivematica / AtoM (ferramenta aplicada a preservação digital com larga aplicação em repositórios arquivísticos digitais (RDC-Arq)) e que ainda é parte dos resultados da pesquisa junto ao projeto *AtoM*; a norma brasileira SAAI, baseada no modelo conceitual OAIS que derivou a NBR N° 15.472:2007; o PDF/A ISO N° 19005 e as especificações que seguem cada atualização da instrução normativa.

Passando de um patamar documental geral para a especificidade Arquivística, os documentos digitais possuem diretrizes de presunção de autenticidade estabelecidas segundo CONARQ (2012, p. 1) e que se fazem necessárias, uma vez que:

Os documentos arquivísticos digitais apresentam dificuldades adicionais para presunção de autenticidade em razão de serem facilmente duplicados, distribuídos, renomeados, reformatados ou convertidos, além de poderem ser alterados e falsificados com facilidade, sem deixar rastros aparentes. Assim, a presunção de autenticidade do documento arquivístico digital é realizada por meio da análise da sua forma e do seu conteúdo, bem como do ambiente de produção, manutenção/uso e preservação desse documento, e não apenas com base em suas características físicas ou em soluções tecnológicas.

Nesse sentido, entende-se por documento arquivístico aquele produzido ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte, e retido para ação ou referência. Já o documento digital é informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional e, por sua vez, o documento arquivístico digital é documento digital reconhecido e tratado como um documento arquivístico (CONARQ, 2012).

Ainda segundo a publicação das diretrizes para presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais, o CONARQ (2012, p. 3) descreve que a autenticidade de documentos arquivísticos envolve três aspectos importantes, ou seja, segundo o viés legal, diplomático¹⁶ e o histórico, ou seja:

- Documentos legalmente autênticos são aqueles que dão testemunhos sobre si mesmos em virtude da intervenção, durante ou após sua produção, de uma autoridade pública representativa, garantindo sua genuinidade.
- Documentos diplomaticamente autênticos são aqueles que foram escritos de acordo com a prática do tempo e do lugar indicados no texto e assinados pela pessoa (ou pessoas) competente para produzi-los.
- Documentos historicamente autênticos são aqueles que atestam eventos que de fato aconteceram ou informações verdadeiras.

¹⁶ Faz-se imprescindível registrar que o avanço da Diplomática enquanto área do conhecimento tem se dado ao longo dos séculos e, no patamar do contexto tecnológico, a Diplomática, por meio das interjeições da teórica e pesquisadora Luciana Duranti, figura papel imprescindível à arquivologia, que inclusive acaba sendo denominada mediante os aspectos de especificidade e aplicabilidade como Diplomática Arquivística Contemporânea.

Dessa forma, mediante o contexto tecnológico e a configuração atual da produção e disseminação da informação, outro desafio que os profissionais, e em particular o Arquivista, enfrentam diz respeito às dimensões para além das questões de preservação do objeto, posto que “a preservação não mais será voltada para a restauração, conservação e guarda adequada dos documentos físicos [...] o objetivo será a migração e emulação constante dos conceitos e inter-relações que agora definem os documentos [...] o importante, agora, é a preservação do conteúdo” (FONSECA, 2005, p. 64).

Não se pode esquecer o impacto, segundo o ponto de vista legal, nas características de validação da informação a que se tem acesso, quer dizer, hoje, além da mudança na dinâmica de produção que foi potencializada pela forma mais acessível, fácil e rápida, os suportes físicos também foram, em muitos casos, substituídos por eletrônicos e digitais, favorecendo um crescente no número de cópias ou versões para um mesmo documento (RONDINELLI, 2005).

Assim, crescem as necessidades por requisitos de validação, bem como os aspectos de vulnerabilidade e fragilidade dos conteúdos apresentados através das mídias e gêneros documentais, sobretudo os de caráter digital e virtual, ou seja, os elementos de validação do documento.

Esse cenário, por sua vez, entra em contraposição com os documentos enquadrados nos períodos anteriores a era digital, em que o uso de carimbo, assinaturas e rubricas, marca d'água no papel, entre outros elementos tangíveis, era possível averiguar, a partir da análise diplomática, o teor de validade documental (RONDINELLI, 2005).

Nesse sentido, as referências e metodologias a partir da abordagem diplomática contemporânea também visa dar conta dos aspectos que passaram por reformulações e acabaram tendo de se adequar a nova condição tecnológica presente na produção de documentos, sendo incorporados elementos de validação como as assinaturas em meio digital, mensagens com chaves criptografadas, códigos de barra, dentre outros, com vistas a dar segurança à informação.

Nesses termos, pode-se contextualizar a preservação documental na era contemporânea da TI como um novo campo que se consolida na pauta dos usos das tecnologias como parte integrante do contexto social que se reflete nos sistemas que balizam o comportamento da informação, lançando, assim, novos desafios aos profissionais da informação, principalmente no tocante à durabilidade e efetividade da recuperação da informação mediante a realidade de suportes estáveis quanto à evolução periódica que implica na substituição da tecnologia utilizada para garantir o acesso ao conteúdo registrado.

4.1 A MEMÓRIA INSTITUCIONAL E O ENTRELACAMENTO ENTRE GESTÃO E PRESERVAÇÃO

Antes de iniciar este diálogo, considera-se relevante fazer um adendo ao fato de que, para algumas pessoas, a abordagem de memória e gestão em um mesmo contexto, como no título escolhido para ilustrar este capítulo, pode causar estranheza. No entanto, para outra parcela da população que compõe o meio acadêmico estão mais que subentendidos os princípios de gestão na abordagem contextual da preservação. Perspectiva esta explorada aqui, corroborando, assim, para o entendimento de alguns aspectos que unem consideravelmente a memória e a gestão, uma vez que são as ações e deliberações em nível de gestão que asseguram essa coexistência, sobretudo quanto aos recursos imprescindíveis à manutenção das atividades que visam à manutenção da memória por meio da preservação.

Em se tratando de preservação documental, como visto no capítulo 01, nota-se que os documentos produzidos, necessariamente, estão atrelados a algum tipo de instituição, quer seja ela representada por um núcleo familiar ou uma grande empresa (THIESEN, 2013). A esse respeito e para fins de esclarecimento, são tratadas por

instituição, particularmente, as entidades jurídicas que mantêm um corpo administrativo de profissionais, sejam elas públicas ou privadas.

Os documentos de uma instituição, seja qual for o seu seguimento ou nicho comercial de atuação, além de refletirem as atividades e finalidades para as quais esta foi criada – conhecidas como atividades fins ou aquelas que dizem respeito à forma de proceder da empresa no mercado – também propiciam o deslanchar das ações internas através do fazer administrativo – chamado de atividade meio ou aquela que dá suporte para a realização das atividades finais ou reais (GASPARINI, 2009).

Dessa forma, fica nítida a necessidade de preservação dos documentos pelas instituições para além das já conhecidas responsabilidades legais, como visto capítulo 02. Acrescente-se, ainda, a noção de que esses documentos devem se encontrar preservados, organizados e acessíveis segundo critérios que visem dar acesso e durabilidade ao suporte que, em virtude do valor informativo agregado, também deve ser compreendido como parte integrante do patrimônio institucional com probabilidade de interesse quanto ao seu valor histórico e de cunho social.

Outro aspecto bastante relevante quanto ao patrimônio documental de uma instituição é a importância que a informação tratada e acessível por meio de um suporte preservado possui para a tomada de decisão no âmbito administrativo. Porém, não se restringe a isso, haja vista a contribuição para os aspectos da própria memória e, em alguns casos, a representatividade enquanto fato ou acontecimento social que possa vir a estar associada a essa mesma instituição.

No Brasil, somente a partir da década de 1960, o fenômeno de reconhecimento do valor da informação por seu aspecto estratégico inicia-se e toma como parâmetro a abordagem eminentemente desnaturalizada da informação. O que “significa reconhecê-la com um recurso de alto valor econômico e, portanto, alto, tão gerenciável quanto os demais recursos mobilizados pelas organizações públicas e privadas para alcançar seus objetivos” (RONDINELLI, 2005, p.13).

Felizmente, o discurso da importância da informação para às organizações não é algo novo, muito pelo contrário, pois é um campo de estudos que requer necessariamente ser alvo de debate, inclusive, no próprio contexto da Ciência da Informação.

A informação, contudo, não pressupõe uma fácil e engessada conceituação, e são exatamente as múltiplas abordagens conceituais, hora divergentes hora complementares, que em parte complicam o reconhecimento do que viria a ser informação de forma pragmática, mas, por conseguinte, essas multiplicidades de atenuantes conceituais só enriquecem o debate e instigam as novas perspectivas e projeções para a informação enquanto objeto de estudo (SARACEVIC, 1996).

O trabalho com a informação enquanto prática, por sua vez, é algo bastante estabelecido tanto para os profissionais da informação, que promovem o tratamento visando ao seu acesso e difusão, quanto para o corpo administrativo institucional como um todo. Segundo Choo (2006, p. 27),

A informação é um componente intrínseco de quase tudo que a organização faz. Sem uma clara compreensão dos processos organizacionais e humanos pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias de informação (CHOO, 2006 p. 27).

Voltando os olhares para as instituições, pode-se identificar uma categorização recorrente aplicada ao uso da informação, ou seja, a informação estratégica. É fato que tal categoria esbarra na terminologia administrativa, o que não seria mais que esperado, visto que nas organizações a atividade meio ou administrativa faz-se sempre presente como forma de assegurar a gestão e manutenção das atividades fins (GASPARINI, 2009). A informação estratégica, segundo Moreno (2012), caracteriza-se como:

Aquela capaz de apoiar as principais atividades de uma organização; é essencial para a tomada de decisão, reduzindo incerteza, e a informação Arquivística, por sua vez, também apresenta características similares, então é possível afirmar que as informações estratégicas ou gerenciais, amplamente utilizadas pelos administradores para a tomada de decisão nas organizações, sejam elas públicas ou privadas, podem ter uma parcela significativa de informações com característica e natureza arquivística (MORENO, 2012, P. 18).

A informação contida nos documentos institucionais e, por isso, arquivísticos, comporta-se estrategicamente enquanto insumo utilizado por muitas instituições na tomada de decisão, ou seja, ela, estrategicamente falando, é um recurso que dá respaldo legal e norteador à prática do planejamento de ações a serem desenvolvidas por uma organização ou entidade (FONSECA, 2005). Na percepção de Heloisa Bellotto (2006),

As atividades clássicas da administração: prever, organizar, comandar, coordenar e controlar – não se efetuam sem documentos. Quanto mais informados os administradores/dirigentes estiverem sobre um assunto, melhor e mais completamente poderão decidir sobre ele. Por isso é que, além de não poderem dispensar seu arquivo, também não devem deixar de contar com uma boa biblioteca e com um bom centro de documentação (BELLOTTO, 2006, p. 25).

A informação, por conseguinte, naturalmente encontra-se acumulada nos acervos das unidades de informação e, de forma particular, em arquivos institucionais, tendo em vista não apenas a questão legal pelo valor de prova dos documentos, mas também o caráter social e relevância para pesquisa e o apelo à memória de muitos acervos, principalmente os de caráter permanente ou de cunho histórico que são alvo de projetos e ações que visem a sua preservação.

Preservação que, por vezes, é erroneamente direcionada de forma restrita aos documentos que tendem a “servir à posteridade”, o que na verdade é um pensamento que deixa desprotegida a documentação e, principalmente, a informação recém-produzida, que é de extrema importância no presente para a organização e que muito em breve pode vir a compor os quadros de documentos permanentes.

Nesse sentido, pensar a preservação apenas no passado é um equívoco que pode custar um futuro que não se planejou, pois, “se observarmos o desenvolvimento da ciência e da técnica, bem como de todas as demais formas de cultura, logo veremos que o legado de invenção do homem – documentado e preservado pelas instituições-memória – tem uma forte função instituinte de novos saberes e novas criações” (THIESEN, 2013p. 81).

A preservação, entendida como o conjunto de medidas e procedimentos utilizados a fim de preservar um bem (DVORÁK, 2008) e, principalmente, a

preservação dos documentos, deve fazer parte do planejamento estratégico das organizações, visando não apenas as fontes enquanto suporte, mas o caráter efetivo da informação viva, orgânica, que pulsa constantemente dos produtores para os setores e dos setores para os acervos das organizações.

Na verdade, quando falamos em **Preservação** entramos no âmbito da definição **estratégica** (definição de políticas; objetivos e metas a atingir; planejamento estratégico), bem como no alinhamento dessa estratégia com a estratégia global da Instituição/Organização e da sua gestão, e, ainda, com os contextos e ambiente externo em que se insere. A preservação é, assim, intrínseca à **função de Gestão**, seja a nível institucional, seja a nível intermediário, devendo ser pensada no longo prazo e em termos de políticas, planos e programas, recursos e estrutura orgânica/funcional que suporte, tendo, consequentemente, implicações quer na fixação da Missão da Organização (qualquer que seja), quer nos objetivos (estratégicos e operacionais), quer nas metas fixadas, quer, ainda, nas ações/atividades e projetos planejados para os efetivar. A preservação projeta-se ao nível da gestão organizacional, da gestão do serviço de informação e da gestão do sistema de informação, afirmando-se como uma variável indiscutível da Gestão da Informação, da gestão do sistema de informação organizacional (PINTO, 2014, p. 171, grifo do autor).

Nesses termos, pode-se inferir que preservar documentos é, na verdade, um elo estratégico entre as forças em uma instituição, pois, sem documentos preservados, sejam estes físicos ou digitais, não será possível recuperar a informação e, principalmente, dar acesso ao bem informacional em tempo hábil, tornando a organização improdutiva e ineficaz às bases e princípios que a mantém viva administrativamente, bem como o cenário de responsabilidades legal e social (capítulo 2) será cada vez mais intangível, estando o patrimônio documental fadado à obsolescência e esquecimento.

Ressalta-se, ainda, que a informação que emana do seio das instituições e que faz da memória (presente e passada) o recurso imprescindível à manutenção e sobrevivência das suas atividades, bem como as iniciativas voltadas à preservação documental, partem, sobretudo, do reconhecimento da necessidade e valor adquirido da documentação e seu potencial informacional para a instituição, posto que dispor de fontes de informação íntegras, idôneas e acessíveis é, principalmente, um investimento.

Sob a ótica Arquivística, por sua vez, os documentos de uma instituição, seja ela pública ou privada, é que darão origem ao arquivo ou fundo Arquivístico institucional, que pode ser conceitualmente dividido em duas grandes categorias: a primeira diz respeito ao *valor primário* referente à documentação que tende a servir eminentemente à administração; e a segunda categoria é caracterizada pelo *valor secundário* dos documentos ou aquele que recebe uma contextualização histórica (FONSECA, 2005). Nessa mesma perspectiva, segundo Ramos (2011),

Os valores dos documentos são divididos em primário e secundário. O valor primário compreende o arquivo corrente, documentos frequentemente consultados de caráter administrativo, vigentes e intermediários, documentos menos consultados, não mais vigentes, mas cumprem prazo precaucional. O valor secundário abrange o arquivo permanente constituído de documentos que perderam seu valor primário, porém são providos de valor secundário ou histórico-cultural (RAMOS, 2011. p. 24).

Essa separação entre o valor administrativo ou valor de memória dentro da perspectiva arquivística, na verdade, paira no plano conceitual e teórico em que os valores secundários dos documentos devem ser identificados ainda na primeira fase de vigência destes durante a etapa de avaliação e classificação para que, assim, eles possam ser preservados e ter a guarda assegurada em longo prazo pela instituição. Nesse sentido, os documentos precisam ser preservados desde a sua gênese, e há que se ter estabelecidos planos de destinação final quando for o caso (JARDIM, 2013), o que só é possível graças ao plano de atuação. Este, por sua vez, faz parte das ações de gestão documental dentro de uma instituição e se faz imprescindível, pois, segundo Bernardes (2008),

Ao definir normas e procedimentos técnicos referentes à classificação, avaliação, preservação e eliminação de documentos públicos, a gestão documental contribui decisivamente para atender às demandas da sociedade contemporânea por transparência nas ações de governo e acesso rápido às informações (BERNARDES, 2008. p.06).

Pode-se inferir, ainda, que o entrelaçamento entre memória e gestão institucional, sobretudo na perspectiva Arquivística, é uma atividade imprescindível e que requer uma série de ações, mas que, em linhas gerais, é um parâmetro que se encontra bem estabelecido. Do ponto de vista sistêmico, sem a mobilização dos gestores e, principalmente, seu olhar sensível para com os documentos que suscitam mais que informação estratégica, as iniciativas e projetos de preservação estariam fadados ao retrocesso ou processo de estagnação quanto a recursos (essenciais à etapa de execução) e políticas que assegurem esses mesmos recursos, bem como sua aplicação.

No entanto, não se pode deixar de citar que sem a atuação dos profissionais da informação no que tange o planejamento e propositura de projetos que visem à preservação do patrimônio institucional, conjuntamente com os demais profissionais e especialistas no âmbito da preservação e conservação, muito do que já foi feito, e também do que se está por fazer, teria grandes probabilidades de não acontecer, ou seja, a inquietação, mobilização e articulação desses profissionais que conhecem a realidade, necessidades e ações eminentes para melhoria da condição dos acervos institucionais é que podem mobilizar para transformar a realidade (OLIVEIRA; OLIVEIRA 2013).

Nesse sentido, preservar documentos no âmbito institucional é, de longe, uma tarefa que emana certas dificuldades e requer a habilidade de profissionais capacitados e engajados para o desenvolvimento de tal finalidade, estando eles atentos às necessidades dos usuários, mas que não abram mão dos potenciais valores de memória presentes em cada item documental que compõe o acervo (INNARELLI, 2012).

Tomando por base uma instituição de grande a médio porte, pode-se observar profissionais de diversas áreas atuando e fazendo com que a engrenagem administrativa funcione por meio das atividades meio e fim. São administradores, contadores, secretárias, dentre outros profissionais já conhecidos no cotidiano administrativo, cada um desempenhando um papel fundamental, no processo de construção da memória institucional, por meio de suas ações, funções e da própria tomada de decisão (GASPARINI, 2009).

Vale destacar que, mediante uma tendência contemporânea que tem por premissa o reconhecimento do valor da informação para a tomada de decisão e, principalmente, o olhar social sobre questões institucionais, é que, nas grandes

corporações, observam-se duas profissões que vêm ganhando destaque: a de Arquivista e de Bibliotecário, e que, como já mencionado, fazem parte do contexto dos profissionais da informação¹⁷, porém, encontram-se atuando de maneira diferenciada em contraponto ao desenvolvimento tradicional de suas atividades profissionais.

O Bibliotecário, por exemplo, para além do contexto de atuação na biblioteca, em virtude da mudança de mentalidade dos gestores de empresas, ganha espaço na organização da informação institucional, atuando em outros setores que não apenas nas bibliotecas. E desempenha atividades como curadoria da informação, detectando e tratando suas potencialidades para o interesse da instituição. Segundo Kira Tarapanoff (1989, p. 116), “o volume da informação e as novas tecnologias obrigam hoje o bibliotecário a repensar o seu perfil profissional e o seu papel no mercado da informação, que o vê mais como um gerente e um especialista com conhecimentos de tecnologias”.

Já o Arquivista deixa o *status* de guardião de papéis velhos e vem conquistando, cada vez mais, seu espaço na alta gestão organizacional das instituições, cumprindo o papel nato de gestor de documentos e processos arquivísticos institucionais que visam organizar, preservar e dar acesso à documentação/informação de interesse da administração e da sociedade em geral (RIBEIRO, 2004).

Com a eminência de tantos desafios que emanam dos acervos institucionais, como, por exemplo, soluções viáveis e efetivas de preservação, acesso e disseminação da informação, fica evidente, também, a necessidade de um perfil profissional cada vez mais capacitado, flexível e articulado com a nova estrutura corporativa.

Nesse sentido, preservar documentos compreende mais que um pensamento isolado, mas requer a mudança de uma cultura organizacional, uma verdadeira investidura em que múltiplos atores, através dos saberes especializados, irão implementar esforços em prol de um mesmo objetivo (o documento).

¹⁷ A esse respeito, vale o esclarecimento de que, apesar de todo profissional lidar com a informação, a utilização da categoria de profissional da informação, aqui, refere-se àqueles que desempenham o papel vital no tratamento e difusão da informação por meio de técnicas e conhecimentos específicos voltados ao processamento da informação, o que não implica dizer que arquivistas, bibliotecários, documentalistas e museólogos venham a desempenhar uma mesma função.

No caso dos documentos, em especial, ações criteriosamente elaboradas que visem prevenir danos presentes e futuros são a melhor alternativa, pois assim é a preservação documental, uma estratégia que assegura que questões de ordem técnica e pragmáticas sejam vislumbradas antes mesmo que os problemas venham a acontecer, e isso nada mais é que pensar estrategicamente a preservação.

No entanto, toda a dimensão que envolve a gestão nos mecanismos de trabalhar a preservação carrega consigo, dentre outros elementos, o propósito de manutenção do bem, visando o acesso às informações contidas nele, uma vez que este também é passível de memória.

5. REFLEXÕES ACERCA DA PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL PARA O CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação (CI), enquanto grande área do conhecimento, tende a se relacionar com várias outras áreas pela afinidade com seu objeto de estudo, ou seja, a informação. Tem naturalmente, também, a característica de ser interdisciplinar. Segundo Icléia Thiesen (2013, p. 227), “a Ciência da Informação seria uma espécie de disciplina híbrida, que comportaria em seus fundamentos os demais saberes existentes e aqueles ainda por virem. Em um sentido, seria a guardiã virtual da memória universal (em sua vertente representativa)”. De acordo com Saracevic (1996), três são as características que constituem a razão da existência e evolução da CI:

Primeira, a CI é, por natureza, interdisciplinar, embora suas relações com outras disciplinas estejam mudando. A evolução interdisciplinar está longe de ser completada. Segunda, a CI está inexoravelmente ligada à tecnologia da informação. O imperativo tecnológico determina a CI, como ocorre também em outros campos. Em sentido amplo, o imperativo tecnológico está impondo a transformação da sociedade moderna *em sociedade da informação, era da informação ou sociedade pós-industrial*. Terceira, a CI é, juntamente com muitas outras disciplinas, uma participante ativa e deliberada na evolução da sociedade da informação. A CI teve e tem um importante papel a desempenhar por sua forte dimensão social e humana, que ultrapassa a tecnologia. Essas três características ou razões constituem o modelo para compreensão do passado, presente e futuro da CI e dos problemas e questões que ela enfrenta (SARACEVIC, 1996, p. 42).

Essas áreas ou disciplinas, como já tratadas em capítulos anteriores, são representadas pelo cunho de guarda, tratamento e disseminação da informação. E a informação, de modo geral, atua como insumo ao conhecimento e tem aplicação nos mais diferentes níveis da estrutura social, ou seja: “Arquivos, bibliotecas e museus organizam a memória da memória ao longo do tempo e são, por esta razão, encarregados de representação destas memórias” (THIESEN, 2013, p. 81).

As áreas que fazem fronteira com a CI e que, de certo modo, acabam sendo, para alguns, equivocadamente subordinadas a ela, são as que também desprendem esforços epistemológicos e práticos no intuito de se sobreporem aos desafios que as demandas informacionais, advindas da sociedade contemporânea, têm apresentado ao longo do tempo, desde o surgimento da Ciência da Informação, mas que, de alguma forma, já se faziam vivas em outras formas e épocas.

O cunho interdisciplinar da Ciência da Informação ganha força a partir da interação de diferentes profissionais de formação distinta, mas que, por meio do fator multicolaborativo, engajam-se em questões intrínsecas ao campo de atuação da CI, amplamente representadas pelo tratamento, organização, acesso e disseminação da informação. A esse respeito, Saracevic (1996) afirma que:

A interdisciplinaridade foi introduzida na CI pela própria variedade da formação de todas as pessoas que se ocuparam com os problemas descritos. Entre os pioneiros havia engenheiros, bibliotecários, químicos, linguistas, filósofos, psicólogos, matemáticos, cientistas da computação, homens de negócios e outros vindos de diferentes profissões ou ciências. Certamente, nem todas as disciplinas presentes na formação dessas pessoas tiveram uma contribuição igualmente relevante, mas essa multiplicidade foi responsável pela introdução e permanência do objetivo interdisciplinaridade na CI (SARACEVIC, 1996, p. 48).

O fator interdisciplinar da CI, certamente, é um dos mais intrigantes e que, ao mesmo tempo, promove avanços consideráveis na ciência, uma vez que, da dinâmica colaborativa entre profissionais de diversas áreas, surgem contribuições valiosas. E isso pode se justificar exatamente por ela não estabelecer fronteiras epistemológicas rígidas com outras áreas do conhecimento humano, além de possuir, enquanto objeto de estudo, os fenômenos que envolvem a informação tão necessária quanto a própria ciência, o que corrobora para atrair pesquisadores de áreas distintas, também chamadas de áreas afins, interessados em contextualizar, a partir do objeto de estudos da CI, suas abordagens conceituais.

Porém, dentre tantas disciplinas que fazem fronteira com a CI, destacam-se cinco que, em razão da forma como lidam com a informação, possuem uma aproximação maior com ela: a Arquivologia e Biblioteconomia, a Computação, a Museologia e a Psicologia. A esse respeito, Pinheiro (2006) afirma que:

Os autores destacam parte da Matemática, Lógica, Filosofia da Ciência, Gramática transformacional e Teoria Matemática da Comunicação e reconhecem que há conexão da Ciência da Informação com algumas áreas tradicionais, entre as quais “Psicologia (Psicologia da informação), Sociologia (Sociologia da informação), Economia (Economia da informação), Ciência política (Política da informação) e Tecnologia (Tecnologia da informação)”. [...] além de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Comunicação e Educação. Este conjunto de disciplinas aparece vinculado à Teoria da Informação, contém áreas e teorias que se relacionariam com a Ciência da Informação: Cibernética, Semiótica, Teoria dos Sistemas, Teoria da Comunicação, Filosofia, Ciência da Ciência, Matemática, Linguística, Direito e Ciência da Computação. É oportuno observar que, no conjunto, as áreas propriamente ditas estão entremeadas por teorias de caráter geral, como a Teoria dos Sistemas, portanto, aplicáveis a diferentes ciências (PINHEIRO, 2006, p. 7).

O destaque para a aproximação com a Biblioteconomia, também abordada por J. Shera (1980), segundo Pinheiro (2006, p11), ocorre “não somente por ser a biblioteca uma organização articular ou tipo de sistema de informação”, mas por ser a biblioteca uma “indispensável instituição social, cultural e educacional” e “por seu valor na história do homem e fronteiras geográficas e culturais”.

Essas áreas em caráter interdisciplinar, particularmente, têm contribuído com o avanço da Ciência da Informação através do escopo teórico que vem sendo desenvolvido dentro da área, bem como, do ponto de vista prático, elas também têm se beneficiado dos conhecimentos que vêm sendo desenvolvidos e aprimoradas no *corpus* de atuação da CI.

A ciência da informação tem, por assim dizer, duas raízes: uma é a biblioteconomia clássica ou, em termos mais gerais, o estudo dos problemas relacionados com a transmissão de mensagens, sendo a outra a computação digital. A primeira raiz nos leva às próprias origens, certamente obscuras, da sociedade humana entendida como um entrelaçamento ou uma rede de relações [...] A outra raiz é de caráter tecnológico recente e se refere ao impacto da computação nos processos de produção, coleta, organização, interpretação, armazenagem, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, e em especial da informação científica registrada em documentos impressos (CAPURRO, 2003, p. 8).

A partir dessas questões, surgiram, então, os paradigmas da área, espécies de problemáticas ou questões norteadoras que serviram também ao desenvolvimento epistemológico da área. Os mais comuns são os três paradigmas destacados por Rafael

Capurro (2003), que são: o físico, donde se admite que há um objeto concreto a ser transmitido pelo emissor ao receptor; o cognitivo e/o cognoscente, baseado em modelos mentais para transmissão e aceção da informação por distintos usuários; e o paradigma social, que representa um desdobramento do paradigma cognitivo dentro da perspectiva social.

O avanço particular da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem se tornado um marco nas relações das áreas interligadas a CI, pois a nova conjuntura das relações e realizações na sociedade da informação e do conhecimento tem exigido dos múltiplos profissionais e instituições uma maior desenvoltura frente à utilização de recursos tecnológicos para fins de suprir necessidades cada vez mais especializadas e constantes, principalmente, no que tange à disponibilização de produtos e prestação de serviços de informação. “As tecnologias informacionais, a potência e capacidade dos equipamentos avançaram enormemente em direção de um fluxo de troca quase instantâneos de informação, capital e comunicação cultural, regulando, condicionando a um só tempo o consumo e produção” (BIAVOASCHI; LÜBBE; MIRANDA, 2007, p. 94).

A evolução dos sistemas para disponibilização da informação foi outro grande marco para área de Ciência da Informação, e a tecnologia da informação, que antes parecia uma odisseia, passou de ideal a fato concreto, mas que inspira cautela e levanta novas prerrogativas de uso e aplicação na objetivação final no que tange à efetivação do acesso e uso da informação. E, de acordo Kobashi (2013, p. 12): “A tecnologia da informação projetou as condições instrumentais para a consolidação do aspecto informacional e comunicacional da sociedade contemporânea”.

Cada vez mais, o uso do computador e outras ferramentas da TIC tem sido incorporado às Unidades de Informação que, por sua vez, tiveram de inovar e se modernizar como forma de continuarem atendendo os usuários da informação. Estes, no contextual atual, relutam ao se depararem com antigos modelos institucionais de processamento da informação, ou seja, o modelo burocrático, exaustivo e ineficaz. O resultado disso é que “o avanço da tecnologia, a complexidade dos sistemas burocráticos, o aumento das necessidades administrativas, jurídicas e certficas na

atualidade são responsáveis pelo crescimento assustador da documentação gerada” (BELLOTTO, 2006, p. 27).

A mudança de mentalidade e de comportamento deve-se, em parte, às relações empáticas com as quais muitos usuários já têm se deparado e aprovado em experiências positivas quanto ao uso da tecnologia para obtenção de informações de forma dinâmica e facilitada.

Essa configuração atual quanto ao comportamento informacional dos usuários sinaliza o *corpus* em que:

A informação, que antes era tida como estoque a ser preservado e tinha seus estudos calcados unicamente nas formas de registro segundo os parâmetros do conhecimento científico, é tomada agora em seu sentido dinâmico. Nele os processos de circulação assumem importância social, determinando que a distribuição e acesso à informação sejam tratados como questões sócio-político-econômicas de natureza pública, portanto. A informação não se apresenta mais como uma questão individual, é um problema social (KOBASHI, 2003, p. 11).

Pensando de maneira mais ampla, os sistemas computacionais ganharam nova dinâmica e espaço nas instituições e lares nesta sociedade que viveu e vive um constante Regime de Informação¹⁸. Assim,

[...] ao longo da década de 1990, enquanto microcomputadores e impressoras substituíam as máquinas de escrever, uma enorme quantidade de documentos passou a ser produzida eletronicamente de forma difusa, sem uma política estruturada para preservação. O que se fez em larga escala foi substituir o equipamento gerador de formulários e documentos. Os impressos em meio de papel foram guardados segundo normas próprias para cada tipo de documento até então adotadas (BIAVOASCHI; LÜBBE; MIRANDA, 2007, p. 94).

No patamar contemporâneo, os problemas são outros, e muitos avanços foram realizados, mas questões de acesso e uso da informação ainda se fazem fortemente presentes, haja vista que a mediação tecnológica entre a informação e o usuário renova-

¹⁸ Da obra “*Taking information policy beyond information science*”, de Frohamann (1995), em que o contexto de regime de informação está atrelado a diferentes sistemas ou malhas de rede (compostos por distintos canais, estruturas, produtores e consumidores) que possibilitem o fluxo de informações.

se a cada *bit* e *byte* que transporta a informação e transforma a condição preliminar do conhecimento humano. Segundo Thiesen (2013),

Hoje estamos diante do seguinte paradoxo: no processo de busca da memória total e do controle do saber, corremos o risco de transformar a experiência humana em mera abstração numérica, *bits e bytes* de informação, e de relegar aos esquecimentos o vivido das coletividades. Pois a velocidade da máquina pode representar a velocidade do esquecimento das experiências de vida. Além, é claro, do risco de perda total dos registros da memória, uma vez que (1) a existência da máquina não garante a preservação da memória/da informação e que (2) o excesso de informação – fragmentada e descontextualizada, contida nos bancos de dados, não nos deixa melhor informados (THIESEN, 2013, p.220).

Os desafios passaram, então, do Memex (MEMoryExtender) de Vannevar Bush, “um dispositivo técnico que ele já havia imaginado desde a década de 30, era uma mesa de trabalho, equipada de alavancas, teclados, botões, telas para microfilmes [...] e foi concebido a partir de tecnologias de ponta da época, os microfilmes e as técnicas de fotografia a seco” (THIESEN, 2013, p.203), e a inovação do cartão perfurado para o então documento eletrônico¹⁹, digital²⁰ ou mesmo virtualizado, o que gera novas demandas de questionamento ao campo que preza pela informação, a memória e a própria sociedade.

O dinamismo é de fato um grande diferencial dos documentos digitais. Ele envolve possibilidades de interação com os usuários e com diferentes sistemas impensáveis no mundo analógico. Tanta interatividade parece incompatível com as características de forma fixa e conteúdo estável inerentes a todo documento, segundo a diplomática. [...] Um documento digital é tido como detentor de forma fixa e conteúdo estável quando sua apresentação na tela do computador é sempre a mesma, ainda que essa cadeia mude quando, por exemplo, seu formato é alterado de documento do Word para pdf. Isso quer dizer que um mesmo documento digital pode ser apresentado a partir de diferentes codificações digitais (RONDINELLI, 2013, p. 245).

¹⁹ Segundo E-ARQ Brasil (2011), a informação registrada, codificada em forma analógica ou em dígitos binários é acessível e interpretável por meio de equipamento eletrônico.

²⁰ Segundo E-ARQ Brasil (2011), a informação registrada, codificada em dígitos binários é acessível e interpretável por meio de sistema computacional.

Diante do exposto, como premeditar o impacto que a nova cultura estabelecida de produção e guarda de documentos e um universo tão imaterial, porém real, não pode ter um efeito catastrófico ao desenvolvimento do conhecimento, cultura e memória das gerações futuras?

Acredita-se que esses são alguns dos novos desafios pensados dentre tantos para a CI, e a chave para todos está em parte nas políticas de preservação documental, pois em qualquer lugar que esteja registrada a informação este está passível de ser considerado um documento e, como tal, tem a potencialidade de ser de interesse do usuário, devendo, dessa forma, ser preservado.

O ato de manter a memória, seja em que suporte for, é ocupação de todos que desejam evitar os insucessos dos seus antepassados, tornar irreversíveis situações desejáveis já concretizadas, evitar a perda de tempo e de recursos com procedimentos desaconselhados pela experiência de outrora, transmitir às gerações vindouras a herança cultural das formas mais evoluídas de interferência no mundo concreto etc. (BIAVOASCHI; LÜBBE; MIRANDA, 2007, p.116).

Os caminhos pelos quais passa o desenvolvimento do escopo científico da Ciência da Informação também são, naturalmente, uma estratégia para que os desafios que levam até a informação sejam desvendados. Porém, o caminho, assim como foi feito a partir das experiências de outras civilizações, só será reconstruído e analisado caso haja documentos e registros dos erros e acertos para que se venha a aprender e não os repetir ou passar desnecessariamente pelas mesmas condições, visto que a raça humana não evoluiu revivendo situações passadas, mas aprendeu a olhar para elas como forma de obter conhecimento.

Desde a invenção da escrita que existe uma manifesta preocupação pela preservação dos artefactos que resultam de processos intelectuais e criativos do ser humano [1]. A preservação desses artefactos permite às gerações futuras compreender e contextualizar a história e a cultura dos seus povos [2]. Os museus, as bibliotecas e os arquivos assumem neste contexto um papel determinante, responsabilizando-se pela preservação e longevidade desses artefactos (FERREIRA, 2006, p. 17).

Preservar os documentos para Ciência da Informação pode ser entendido de forma implícita como cumprir parte da tarefa de manter viva e segura a memória segundo a ótica da responsabilidade social de sua manutenção. Afinal, como relata Mendes e Silveira (2001),

Colecionar objetos é uma prática exercida pelo ser humano desde tempos imemoráveis. Qualquer coleção tem origem no desejo ambicioso de acumular artefatos da mesma natureza ou de um conjunto de itens que guardem alguma relação entre si, sejam pinturas, esculturas, têxteis, objetos etnográficos, livros ou manuscritos, desenhos, postais, cartões telefônicos, latas de cerveja ou quaisquer outros objetos. Os artefatos são colecionados por seu valor sentimental ou porque representam investimento econômico, ou porque a eles foi atribuído um caráter identitário, seja de indivíduos isolados ou de grupos étnicos, de uma região ou de uma nação. Independentemente do valor financeiro e de pertencimento a coleções particulares ou a instituições públicas, museus, bibliotecas, arquivos etc., objetos culturais podem ser considerados uma espécie de “retratos instantâneos” históricos. A partir do estudo destes retratos é possível, por exemplo, testemunhar a evolução da arte, inferir sobre valores morais e características de povos. Por isso, tais artefatos devem ser considerados como arte da herança cultural, no sentido mais amplo da expressão, pois são transmissores da cultura de uma época através dos anos. Esse reconhecimento determina o investimento de ações de salvaguarda dessa cultura material, quaisquer que sejam as relações entre os itens selecionados (MENDES; SILVEIRA, 2001, p. 11).

Nesse sentido, as fontes documentais são o grande alicerce para a manutenção da memória, assim como uma forma efetiva de preservar a informação que por ventura esteja registrada ou expressa através dos documentos independentemente da área do conhecimento na qual o conteúdo tenha sido concebido. Dessa forma, a interdisciplinaridade da CI não se restringe à necessidade e efetiva troca de conhecimento com outras áreas do saber, pois suas soluções são amplamente aplicadas ao tratamento de qualquer tipo de informação.

Pode-se citar, por exemplo, que o desenvolvimento de um sistema de recuperação da informação de forma genérica pode ser aplicado a qualquer ambiente institucional, contudo é a capacidade de adequação deste, por meio de ajustes às especificidades que cada organização requer, que dirá se ele é eficaz ou não, assim como ocorre nas políticas de informação que devem ser desenvolvidas de acordo com cada instituição, sendo observadas as necessidades individuais no contexto no qual serão implementadas.

Na CI, a preservação documental encontra-se presente, principalmente, nas relações tecnológicas de tratamento e comportamento da informação. A relação com a preservação documental está também expressa na própria dinâmica do surgimento da CI com a grande explosão informacional/documental do período pós-guerra mundial e que fez com que a área tomasse para si, a partir a atuação plural de profissionais de diversas áreas do conhecimento, a tarefa de organizar, dar o acesso e preservar as informações dispostas nos documentos.

O período do pós-guerra, associado por muitos autores ao surgimento da ciência da *informação*, foi marcado pela polarização entre os Estados Unidos e a União Soviética, ou seja, a Guerra Fria. Os esforços contínuos para manter as respectivas lideranças num mundo dividido em dois blocos hegemônicos geraram uma produção científica e tecnológica sem precedentes. A chamada “explosão informacional” exigia meios cada vez mais satisfatórios e rápidos para que a informação científica e tecnológica pudesse ser usada como recurso econômico e político (FONSECA, 2005, p. 17).

A sociedade que vive na era da informação não abriu mão das fontes documentais. Pelo contrário, os documentos que ao longo da trajetória humana têm se modificado e diversificado, acompanhando também as relações da vida em sociedade que se faz cada vez mais solícita aos documentos, visto que, mesmo com o passar do tempo e a transformação social, estes não perderam seu lugar de representação enquanto símbolo de direitos e marco científico e cultural. O documento “é ele o responsável para transmitir ao futuro o mais nobre patrimônio da civilização, os testemunhos da vida da história, progressos e as conquistas das ciências, a santidade dos ritos e do pensamento religioso” (CORUJEIRA, 1971, p. 26).

Não aleatoriamente, o ato de registrar informações compreende mais que uma ação de assegurar direitos e representar interesses científicos e artísticos. Os documentos, assim como fontes de informação, também possuem a peculiaridade de serem guardiões da memória social ou cultural.

A distinção entre memória social e memória cultura fica, assim, determinada. Memória social é a memória virtual, potencial. Memória cultural é aquela que, imbuída de valores de determinada(s) cultura(s), opera no campo da

seleção. Portanto, memória cultural é sempre resultado de uma interferência seletiva da memória social, podendo ser, neste caso, igualada a memória institucional [...] Arquivos, Bibliotecas e Museus trabalham com os mesmos objetivos da memória social e, de certo modo, fazem uso dos mesmos princípios da interação semiótica e da economia de símbolos na transmissão da mensagem. São instituições complementares, são aspectos das culturas, recortes do social (DODEBEI, 1997, p. 162).

A concepção ideológica à ação de documentar é tão antiga quanto o próprio documento em sua natureza contextual e não física, haja vista que sua formatação estrutural e de conteúdo tem variado consideravelmente como passar dos séculos. O registro também é uma forma ideológica de intencionalidade ao compartilhar com o outro aquilo que acredita ser importante.

Essas marcas de alguma forma conservam-se, senão em documentos (no sentido mais amplo do termo, como materiais da cultura), em hábitos, costumes, comportamentos, que são compartilhados pelos grupos sociais. Muitos desses traços poderão integrar as instituições-memória (arquivos, bibliotecas e museus) e sua preservação se dá de acordo com inúmeros fatores, que têm a ver com as épocas e os lugares, com a maior ou menor vontade de guardar, entre outros fatores que dizem respeito às culturas e às durações (THIESEN, 2013, p. 195).

O documento ainda é o grande agente que auxilia a memória, talvez não a memória rica em cronologia e pobre na interpretação dos fatos e vontades daquele que registra, pois não se registra apenas como forma de lembrar, mas também como estratégia para esquecer-se aquilo que desinquieta o ser. “Tudo o que é chamado hoje de memória não é, portanto, memória, mas já história. Tudo que é chamado clarão de memória é a finalização de seu desaparecimento no fogo da história. A necessidade de memória é uma necessidade da história” (NORA, 1993, p. 14).

É preciso ter em mente a dimensão consciente da seletividade para, assim, entender o como foi construída a memória que se tem hoje, seja ela individual ou social, através dos fatos que ganharam o direito de figurar na lembrança, a exemplo das grandes construções idealizadas como recurso para fazer lembrar grandes feitos do homem, mas em alguns casos, também, para não se deixar esquecer para que assim não se volte a fazer.

Preservar apenas aquilo que parece importante a alguns setores em um dado momento é a preservação dos princípios da multiplicidade e da tolerância, essenciais para a preservação. Daí a importância de uma verdadeira visão histórica, que leve em conta passado, presente e futuro. Uma sociedade que deturpa ou destrói sua cultura e sua memória, destrói os instrumentos que são seus próprios meios de expressão como seres vivos, com incidências nefastas sobre a memória individual e coletiva (DVORÁK, 2008, P 56).

E, assim, memória e documentos tem se entrelaçado na construção social, resguardados nos centros de informação por diversos profissionais que lidam diretamente com suas fontes e, dessa forma, a Ciência da Informação, que tem nas estratégias de tratamento da informação a preservação como aliada e enquanto política para assegurar a condição informativa de cada documento, atua também para que a memória social seja assegurada, pois não existe memória sem informação ou informação sem seu devido suporte.

Assim, a preservação documental é uma função que deve ser exemplarmente cumprida por seus produtores, entre os quais se destacam o Estado e as ciências ditas da informação, sociais e aplicadas que têm papel estratégico no normativo e assessoria para o provimento de soluções e ações que seguem a preservação dos documentos, afim de que sejam asseguradas informações, direitos/deveres e memórias.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação documental, caracterizada aqui, é fruto de um exaustivo levantamento bibliográfico. No entanto, assim como qualquer pesquisa, sofreu delimitações quanto à abordagem, o que acaba por revelar, também, as opções metodológicas realizadas no intercurso da pesquisa que se encontra concentrada na área de Ciências Sociais Aplicadas no escopo teórico da Arquivologia e Ciência da Informação, com pretensão de influência em áreas afins, tais como: a Biblioteconomia, a Museologia e a Documentação.

Nesse sentido, não se teve a intenção de mitigar as discussões envolvendo a preservação documental enquanto área temática, muito menos sua aproximação com a Ciência da Informação. Pelo contrário, o presente estudo é, na verdade, um ponto de partida de futuras pesquisas que, de antemão, tenham o intuito de trazer ao centro do debate um conteúdo de interesse e relevância aos profissionais que trabalham com acervos documentais, principalmente, pelo impacto social que possui a discussão acerca da sua preservação, tanto em nível institucional quanto social.

Fato que não se pode deixar de registrar é a constante presença do olhar mediante a perspectiva Arquivística, justificada pela área de formação da pesquisadora, onde a preservação está enquadrada no *hall* das sete funções arquivísticas elencadas por Rousseau e Couture (1964), o que, de certo modo, limita, mas não restringe os diálogos com outras áreas do conhecimento. Assim, uma das grandes preocupações foi exatamente a de não desenvolver uma escrita “taxativa” ou concentrar o discurso apenas na Arquivologia, dando a oportunidade ao leitor de projetar suas pretensões teóricas nas interlocuções apresentadas, afinal, são questões que acabam perpassando diferentes áreas do conhecimento e diferentes cenários institucionais.

Os caminhos científicos pelos quais se transitou, de certo modo, foram necessários à construção de um pensamento crítico que reúne as informações, visando, dentre outras coisas, informar acerca de uma área do conhecimento humano que há séculos continua a desprender esforços e despertar o interesse (necessário) de

pesquisadores, profissionais e estudantes sensíveis e conscientes da importância da temática da preservação, principalmente, no que tange a sua aplicação ao contexto documental.

Mediante os aspectos metodológicos adotados para levantamento e análise do material de estudo que, por sua vez incide sobre o que se tem produzido, e segundo o material ao qual se teve acesso no contexto da abordagem temática da preservação de documentos, ao longo da realização da pesquisa alguns aspectos chamaram a atenção e merecem ser pontuados, tais como:

➤ A preservação, juntamente com a conservação e a restauração de documentos têm, por natureza, a característica de serem ações auxiliares de outras áreas do conhecimento ou mesmo que dão suporte à atuação de profissionais que não apenas os conservadores e restauradores, como visto no capítulo 01.

➤ A literatura acerca da preservação de documentos no tocante ao *estado da arte* é rara, estando ela ligada a outras iniciativas de pesquisa, atuando constantemente como coadjuvante no discurso científico e, frequentemente, relacionada à prática, ou seja, é composta quase que unanimemente por produção técnica desenvolvida, principalmente, pelos indivíduos que realizam essa atividade no cotidiano institucional, seja por meio do ensino ou ofício profissional.

➤ A preservação documental enquanto política institucional deve fazer parte do planejamento estratégico da instituição, uma vez que os documentos configuram-se como bens de valor relevante tanto à sociedade quanto às instituições de custódia que têm comum interesse na documentação preservada, haja vista o impacto dessa condição para a melhoria e eficiência na tomada de decisão, em conformidade com a legislação e a memória institucional, como visto no capítulo 4.

➤ O descaso com a documentação, seja ela pública ou privada, impacta diretamente em sanções legais em diferentes instâncias jurídicas e nas condições de acesso e uso, além de comprometer o atendimento de requisitos legais e previstos em legislação oficial (nas esferas federal, estadual ou municipal), e mesmo as diretrizes advindas de entidades competentes, como no caso das normas nacionais e

internacionais, a exemplo da ISO e ABNT, bem como dos próprios órgãos reguladores reconhecidos oficialmente, como, no caso do Brasil, o IPHAN e o CONARQ, conforme abordado no capítulo 02.

➤ De fato, o uso da Tecnologia da Informação tem colaborado decisivamente com a preservação de documentos, sejam eles eletrônicos, digitalizados ou nato digitais, o que facilita o acesso e a disseminação através de sistemas de *hardware e software*, contribuindo de forma efetiva com a diminuição do impacto que o fluxo de pessoas tem em relação ao acervo físico e à manutenção deste, como forma de facilitar a gestão e disseminação de informações, sem deixar de mencionar a acessibilidade e comodidade dos usuários.

➤ A pauta da agenda contemporânea sobre preservação tem se alargado com foco nos documentos nato digitais e na segurança destes, com grandes colaborações internacionais (como visto no capítulo 3) e influência da diplomática contemporânea na formulação dos conteúdos e critérios de validação e autenticidade dos documentos (em gênero textual) o que representam um desafio maior, mediante os aspectos da preservação, por se tratar de estruturas ainda desconhecidas, se comparados aos suportes físicos tradicionais e às demandas de tratamento da informação.

➤ Possuir documentos preservados ou mesmo a preservação documental é, sem sombra de dúvidas, a melhor alternativa para assegurar o acesso efetivo à informação. Porém, não basta preservar, fazem-se igualmente necessárias outras ações que possibilitem a recuperação da informação, ou seja, a organização e a própria disseminação que dão visibilidade aos acervos, pois as fontes de informação não são na realidade o fim, mas o caminho através do qual o indivíduo deve se utilizar para ter acesso à informação e gerar seu próprio conhecimento, ou seja, não se deve preservar, conservar e/ou mesmo restaurar porque um bem é importante simplesmente pela beleza estética. Na verdade, essas iniciativas devem ser tomadas porque há um contexto social que envolve esse bem.

➤ Para que a preservação documental venha de fato a surtir efeito, tanto para as instituições quanto para a sociedade, faz-se necessária a atuação conjunta de inúmeros profissionais, dentre eles o conservador e restaurador, assim como os profissionais da informação (Arquivistas, Bibliotecários, Museólogos) e uma série de

outros atores, como gestores, no caso das organizações, e a própria estrutura política do país.

➤ Apesar das dificuldades em reunir estudos que caminhem para o desenvolvimento epistemológico, a preservação documental possui grandes chances de se estabelecer enquanto campo disciplinar autônomo e de caráter interdisciplinar, sobretudo, pelo potencial teórico e princípios norteadores que já se encontram consagrados (mesmo dispersos) enquanto técnicas aliadas às possibilidades de interlocução científica, social e profissional para área.

➤ As possibilidades de interação para o termo de preservação (como visto no capítulo 01) são inúmeras e validadas, uma vez que a etimologia da palavra sugere uma abrangência conceitual que alarga as fronteiras e possibilidades de interlocução com outras tantas, sem que haja quebra de sentido entre ambas. No caso em especial da preservação e documentação (preservação documental), outro universo de possibilidades é vislumbrado ao passo que, pragmaticamente, os documentos fazem parte do cotidiano social e das ciências como fonte de memória e informação.

Nessa mesma perspectiva, o levantamento do que vem sendo produzido durante a etapa de coleta e seleção do material para descrição dos resultados desta pesquisa acabou revelando que a temática de preservação documental, principalmente sob a abordagem tradicional, concentra-se em *um lugar comum*, ou seja, boa parte, se não a maioria, do que se tem observado do ponto de vista da literatura especializa em bases científicas e que são oriundas de instituições ligadas ao ensino ou pesquisa em nível superior, tecnológico e pós-graduação segue, criteriosamente, as mesmas bases de elaboração quanto ao conteúdo e aos métodos de experimentação dos princípios e técnicas que cabem à formulação das ações envolvendo a preservação.

A produção literária sobre preservação, e mesmo as bases de diálogo que a englobam e que acabam pairando sobre “um lugar comum”, assim o fazem por: frequentemente caracterizarem, a princípio, os aspectos conceituais entre preservação, conservação e restauro, contextualizados sob o viés da historiografia, partindo, então, para aspectos de riscos presentes no ambiente (que nem sempre são os agentes

ambientais), com foco nos aspectos das instalações, iluminação, sinistros e inundações, degradações por agentes biológicos (destacando os insetos, roedores e o próprio homem como os de maior expressividade), fatores intrínsecos e extrínsecos à documentação da qual o suporte em papel ainda é o grande foco com sua composição química, teor ácido e as técnicas de conservação e restauração sobre o mesmo, bem como, ainda, há abordagens sobre microfilmagem e digitalização.

Tal situação envolvendo a produção sobre a área de preservação documental acaba refletindo diretamente nos resultados esperados e que pouco diferem uns dos outros. Os estudos parecem estar pairando sobre uma constante na produção do conhecimento e não avançam, o que, por sua vez, reabre a discussão do tecnicismo que, na verdade, em parte deixou o sentido de “prática pela prática” e, agora, caracteriza-se não mais pelo fazer empírico e repetitivo, mas por uma visão estreita do pensamento científico que é limitante, ao passo que cada “nova contribuição” equipara-se ao que já foi feito e aplicado a um contexto diferente. O que resulta no acúmulo de estudos que dão volume às publicações, mas que, como já mencionado, pairam sobre *um lugar comum* e, na realidade, pouco apresentam impacto no contexto epistemológico para a área e sua relevância mediante a aplicabilidade social. O que pode ser justificado pela cultura do regime produtivo nas publicações dentro da academia, como lembra Hilton Japiassu (1981).

Recentemente, seguindo uma forte corrente teórica, e diga-se necessária, contrapondo os meios tradicionais de preservação documental em meio físico, é notável a inserção das discussões de aspectos que englobam o conhecimento jurídico mediante o patamar da legislação e normalização dos procedimentos para proceder às ações de preservação nos acervos, bem como um forte e contemporâneo viés tecnológico com base na preservação do digital.

Nesse sentido, alguns pontos surgiram e outros se estabeleceram de forma expressiva no contexto das discussões acerca da preservação documental, revitalizando o debate e colaborando com a ampliação do campo de pesquisa com destaque para a abordagem mediante a aproximação com os campos da química, física, biologia, tecnologia, história e sociologia, o que confere à área de preservação documental caráter interdisciplinar, uma vez que o fruto do exercício conjunto das ações advindas em

colaboração com outras áreas as aproxima e resulta no denominador comum que é o documento preservado, conservado e restaurado.

O documento, no entanto, como já abordado, é preservado com a justificativa de demandas institucionais e sociais. Afinal, a sociedade precisa de acervos preservados, pois em muitos deles estão os registros informacionais imprescindíveis para a manutenção do patrimônio histórico, ciência e tecnologia frutos da ação e do conhecimento humano.

Se por um lado a preservação documental essencialmente é constituída de efetiva interdisciplinaridade, em virtude de a mesma não ser ainda considerada uma ciência autônoma, sua contextualização e abordagem científica requer que seja feita no âmbito de uma ciência que consiga dar a devida dimensão de suas ações, sem que esta seja parcial ou completamente deixada em segundo plano, como no caso da Ciência da Informação, por meio do viés de comportamento informacional, conforme afirma Armando Malheiros da Silva (2014).

De forma geral, a preservação documental tem grande aplicação de caráter prático à Ciência da Informação por ser bastante difundida nas áreas comuns a ela, principalmente, no contexto das Unidades de Informação. Afinal, os documentos, também monumentos, trazem consigo um forte contexto informacional de memória e identidade social a partir da representação de fatos e acontecimentos que compõem a cultura de um povo e corroboram com a educação patrimonial. Nesse sentido, assim como a preservação documental tem na Ciência da Informação um ambiente científico propício ao seu desenvolvimento, a CI tem na preservação documental um forte aliado na manutenção da memória e da informação tão importantes tanto para o indivíduo isoladamente quanto coletivamente enquanto sociedade.

A esse respeito, surge, então, outro aspecto de contextualização que ganha espaço nas pautas de preservação documental, ou seja, o viés de concentração enquanto sua relevância de atuação para manutenção da memória e o caráter social da documentação que, conjuntamente com as discussões sobre tecnologia e com os aspectos advindos das ciências exatas e da natureza, apontam para o grande norte de problematização para ampliação da preservação documental enquanto área do conhecimento experimentável, interdisciplinar e autônoma.

Por fim, espera-se que os diálogos aqui apresentados sirvam de mecanismo catalizador para reflexão e novas construções científicas em prol da preservação do ponto de vista documental, bem como possa vir a contribuir enquanto aparato informativo a profissionais e pesquisadores que atuem em acervos das unidades de informação.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Cláudia Carmem; FLORES, Daniel. **Documentos Digitais: preservação e estratégia**. Revista do Instituto de Ciências Humanas e da informação. FURG. v. 27, n. 1. 2013.

BELLOTTO, Eloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental** / Heloísa Liberalli Bellotto. – 4 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em Arquivos** / - 2 eds. – Brasília, DF: Briquete de Lemos / Livros, 2008.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1990. _____ Memória e Vida. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. Gestão documental aplicada. **São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo**, 2008.

BIAVOASCHI, Magda Barros. LUBBE, Ana. MIRANDA, Maria Guilhermina. **Memória e preservação de documentos: direitos do cidadão** / Magda Barros Biavoaschi, Ana Lübbe, Maria Guilhermina Miranda – coordenadoras. – São Paulo: LTr, 2007.

BRANDI, Cesare. 1906-1988. **Teoria da restauração** / Cesare Brandi; tradução Beatriz Mugayar Kühl; apresentação Giovanni Carbonara; revisão Renata Maria Pereira Cordeiro. – Catoia, SP: Ateliê editorial, 2004.

BRASIL, **Legislação Federal**. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

_____. **Constituição Federal da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 12 MAi. 2015.

_____. **Lei de Responsabilidade Fiscal Nº 101**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em: 14/01/2015.

_____. **Lei de Acesso a Informação (LAI) Nº 12.527**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Lei 8.159 políticas públicas de arquivos**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

_____. **DECRETO Nº 7.845**, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7845.htm> Acesso em: 14/01/2015.

_____. **DECRETO Nº 7.724**, DE 16 DE MAIO DE 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7724.htm> Acesso em: 14/01/2015.

CALDEIRA, Cleide Cristina. **Conservação preventiva: histórico**. Rev. CPC [online]. 2006, n.1, pp. 91-102.

CAPES. **Periódicos**. Disponível em: < http://www-periodicos-capes-gov-br.ez15.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome> Acesso em: 20 jun. 2015

CAPURRO, R. **Epistemologia e Ciência da Informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 11 nov. 2014.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. **O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte de papel**. FCRB. – 1997. Disponível em: < http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_ClaudiaCarvalho_OEspaco_como_elemento_representacao_dosacervos_com_suporte_em_papel.pdf>. Acesso em: 09 out. 2015.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio** / Tradução de Luciano Vieira Machado. 1925 – São Paulo. 3 eds. Estão Liberdade: UNESP, 2006. 288p.: Il.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. e-Arq: modelo de requisitos para sistemas de informatizados de gestão arquivística de documentos: versão 1.0. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

_____. e-Arq: modelo de requisitos para sistemas de informatizados de gestão arquivística de documentos: versão 1.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. Resolução nº 34 do CONARQ. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=771&sid=46>> Acesso em: 14/01/2015.

_____. Resolução nº 27 do CONARQ. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=245&sid=46>> Acesso em: 14/01/2015.

_____. CONARQ. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=4>> Acesso em: 14/01/2015.

CFM, **Conselho Federal de Medicina** (CFM nº 1.639/2002). Disponível em: <http://www.portalmédico.org.br/resolucoes/cfm/2007/1821_2007.htm> Acesso em: 14/01/2015.

CORUJEIRA, Lindaura Alban. **Conserve e Restaure seus Documentos**. 1971. Editora Itapuã LTDA. Salvador. Bahia.

COSTA, Heloisa H. F. Gonçalves da. **Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial. Afinal, com qual patrimônio nos preocupamos?** In: CARVALHO, Claudia S. et al. **Um olhar contemporâneo sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico nacional, 2008.

DODEBEI, Vera Lúcia Doylei. **O Sentido e o significado de documento para a memória social**. 1997. 185f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio do Janeiro, 1997.

DVORÁK, Max, 1874-1921. **Catecismo da preservação de monumentos** / Max Dvorák; tradução Valéria Alves Esteves Lima; apresentação Valéria Alves Esteves Lima, Jens Baumgart, Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FERREIRA, Miguel. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães (Portugal): Escola de Engenharia do Minho; 2006.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação** / Maria Odila Fonseca. – Reimpressão – rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.124p.

FROHMANN, B. **Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory**. 23rd Annual Conference: Canadian Association form Information, 1995.

GALVÃO, M. C. B. BORGES, P. C. R. **Ciência da informação: ciência recursiva no contexto da sociedade da informação**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 3, p. 40-49, set. /dez. 2000.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 14 eds. 2009.

ICA-AtoM, **Open Source Archival Description Software**. Disponível em: <<https://www.ica-atom.org/>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

INNARELLI, Runberto Celeste. **Preservação Digital: a gestão e a preservação do conhecimento explícito digital em instituições arquivísticas**. InCID: R. Ci. Inf. e Doc., Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 48-63, jul. /dez. 2012.

INTERPARES, Projeto. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip3/ip3_index.cfm?team=4> Acesso em: 14 Dez. 2015.

JAPIASSU, H. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: IMAGO, 1981.

JARDIM, José Maria. **Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006)**. (2013).

KOBASHI, N. Y.; TÁLAMO, M. F. G. M. **Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea**. Transinformação, Campinas, v. 15, edição especial, p. 7-21, set. /dez. 2003. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1458/1432>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 3.ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução a teoria Ator-rede**. São Paulo: Edusc, 2012.

LE COADIC, Yves François. **A Ciência da Informação**. Tradução de Maria Yêda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória** – Tradução Bernardo Leitão [et al.] Campinas, SP Editora INICAMP, 1980.

LOUZÃ, José Rodrigues. **Documentos médicos: aspectos éticos e legais**. In: SEGRE, Marco; COHEN, Cláudio (Org.). Bioética. 3. Ed. Rev. Ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MENDES, Marylka. SILVEIRA, Luciana da. **Conservação: conceitos e práticas**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2001. 2001. 336p.

MEIRELES, Cecília. **Viagem e Vaga Música**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Regis Abru e Márcia Chagas (orgs.) 2 eds. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 320 p: Il.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Métodos Qualitativos e Quantitativos: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

OAIS, **Open Archival Information System**. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/catalogue_detail.htm?csnumber=57284>. Acesso em: 14. Jul. 2015.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Preservação acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI** / Lucia Maria Velloso de Oliveira e Isabel Cristina Borges de Oliveira, organizadoras. – Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013. 560p.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. Disponível em: Acesso em: 12 nov. 2011.

PINHEIRO, L. V. R. **Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade**. In: GONZÁLEZ DE GOMÉZ, M. N.; DILL ORRICO, E. G. **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal, Edufrn, 2006.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

PNC. **Plano Nacional de Cultura**. Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->>. Acesso em: 14 jun. 2014.

RICHARDSON, J. R. Questionário. In: _____. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 142 - 159.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo. **Da preservação de documentos à preservação da informação**. In: _____. A conservação e a restauração de documentos na era pós-custodial. Salvador – BA – EDUFBA, 2014. p.127 - 193

PORTO, Universidade. **Concito de preservação na Ciência da Informação**. Disponível em:< <https://paginas.fe.up.pt/~lci/index.php/1753>> Acesso em: 15 jan 216.

PSAI. **Programa Sociedade da Informação**. Disponível e: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista5/projetos%205-2.htm>> Acesso em 14 Dez. 2015.

PSA, **Programa Sociedade da Informação no Brasil**. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/livroverde.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

RAMOS, Junia Terezinha Moraes. **Diagnóstico da massa documental arquivística produzida e acumulada pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2011.

RODRIGUES, Ana Célia. **Identificação arquivística como requisito da gestão de documentos: contribuição para aplicação da lei de acesso à informação no Brasil**. 2014. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação (15.: 2014: Belo Horizonte, MG) Organizadores: Isa M. Freire, Lilian M. A. R. Álvares, Renata M. A. Baracho, Maurício

B. Almeida, Beatriz V. Cendon, Benildes C. M. S. Maculan. – Belo Horizonte, ECI, UFMG, 2014. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/documentos/anais/anais-gt2>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea** / Rosely Curi Rondinelli. – 4 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 160p

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento Arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária** / Rosely Rondinelli. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 280p.

RIBEIRO, Fernanda. **O perfil profissional do arquivista na sociedade da informação**. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8871.PDF>> Acesso em: 24 nov. 2015.

RICHARDSON, J. R. Questionário. In: _____. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. **Les fondements de la discipline archivistique**. Quebec : Presses de l'Université du Québec, 1994.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C.F; LUCIO, P. B. Tipos de Pesquisa. In: _____. **Metodologia da Pesquisa**. 3ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006. p. 96-115.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origens, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 11 nov. 2014

SHELLENBERG, T. R. (Theodore R.), 1903-1970. **Arquivos modernos: princípios e técnicas** / T. R. Schellenberg; tradução de Nilza Teixeira Soares. – 6. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388P.

SCIELO. Base de dados. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?lng=en>> Acesso em: 19 maio 2015.

SHERA, J. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. In: GOMES, H. E. (org.). **Ciência da Informação ou Informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 91-105.

SILVA, A. M. Pós fácil. In: _____. A conservação e a restauração de documentos na era pós-custodial. Salvador: EDUFBA, 2014. P. 277-280.

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. Noções fundamentais. In: _____. **Das “ciências” documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. 2. ed. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2008. Cap. 1, p. 21-43.

SILVA, Francisco. **Enciclopédia de Guerras e Revoluções** – vol. III: 1945-2014: a época da Guerra Fria (1945-1991) e da nova ordem mundial / organização Francisco Silva. – 1. Ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 673p.

SILVA, M. C. S. M. **Segurança de Acervos Culturais**. – Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, 2012. 200p.

SILVA, M. C. S. M. SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos Pessoais: história, preservação e memória da ciência**. – Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. 192p.

SPINELLI, Robson. **Higiene ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos**. Ezio Breviglieri, José Possebon, Robsson Spinelli. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Preservação Documental: uma mensagem para o futuro**. – Salvador. EDUFBA, 2012. 130p.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. **Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília, 2007 – cid.unb.br.

TARAPANOFF, K. **O profissional da informação em áreas de ciência e tecnologia no Brasil: características e tendências**. Ci. Inf., Brasília, v.12, n.2, p.103-119, jul./dez. 1989.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional** / Icléia ThIesen – João pessoa: editora da UFPB, 2013. 312p.

THOMAZ, Katia P.; SOARES, Antonio José. **A preservação digital e o modelo de referência Open Archival Information System (OAIS)**. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação, v.5, n.1, fev. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/F_I_aut.htm > Acesso em: 04 jul. 2015.

WERTHEIN, Jorge. **A Sociedade da Informação e Seus Desafios**. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

· — — —

ANEXO

— — — ·

ANEXO

Lista de Cursos de Preservação de Documentos e Relacionados no Brasil

Preservação de Documentos Gráficos – Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER) / SENAI. Link: <<http://www.aber.org.br/curso-aber-senai-de-preservacao-de-documentos-graficos-2014>>

Conservação e restauro de documentos gráficos - Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER) / SENAI. Link: <<http://grafica.sp.senai.br/institucional/1376/0/conservacao-e-restauro-de-documento>>

Pós-Graduação *lato sensu* em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia. Link: <[10TTP://www.mast.br/cursos_preservacao_de_acervos.html](http://www.mast.br/cursos_preservacao_de_acervos.html)>

Curso para preservação de livros e documentos – online – Centro Luso Italiano de Conservação e Restauro. Link: <[10TTP://historiahoje.com/?p=4004](http://historiahoje.com/?p=4004)>

CURSO DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS. Link: <[10TTP://biblioifrs.blogspot.com.br/2012/06/curso-de-preservacao-de-acervos.html](http://biblioifrs.blogspot.com.br/2012/06/curso-de-preservacao-de-acervos.html)>

Curso Preservação e pequenos reparos em documentos – Associação dos Amigos do Arquivo Público – RS. Link: <[10TTPS://arquivopublicors.wordpress.com/2013/04/03/aaap-convida-curso-preservacao-e-pequenos-reparos-em-documentos/](https://arquivopublicors.wordpress.com/2013/04/03/aaap-convida-curso-preservacao-e-pequenos-reparos-em-documentos/)>

Curso de Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis - Escola de Belas Artes – UFMG. Link: <<http://www.eba.ufmg.br/graduacao/conservacao/curso.html>>

Conservação e Restauração de Bens Culturais – Universidade Estácio de Sá. Link: <<http://www.estacio.br/restauro/cursos.asp>>

Curso de Gestão e Prática de Obras de Conservação e Restauro do Patrimônio Cultural (Gestão de Restauro) – Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada / CECI. Link: <<http://www.ceci-br.org/ceci/br/treinamento/cursos/restauro-cursos.html>>

Curso Técnico de Conservação e Restauro – Centro Técnico Templo da Arte / SP. Link: <<http://www.templodaarte.com.br/cursos/detalhe/119/tcnico-em-conservacao-e-restauracao>>

Curso de Restauração e Conservação de Móveis e Objetos em Madeira – Centro Histórico Cultural Santa Casa / Porto Alegre – RS. Link: <<http://www.centrohistoricosantacasa.com.br/Agenda/detalhe/curso-de-restauracao-e-conservacao-de-moveis-e-objetos-em-madeira/2054.aspx>>

Curso de Graduação em Conservação e Restauro – PUC / SP. Link: <<http://www.pucsp.br/graduacao/superior-de-tecnologia-em-conservacao-e-restauro>>

Bacharelado em Conservação e Restauro de bens culturais móveis – Universidade Federal de Pelotas / UFPel. Link: <<https://www.facebook.com/pages/Bacharelado-em-conservacao-e-restauro-de-bens-culturais-moveis-UFPel/144474865640191>>

Curso de Especialização em Conservação e Restauração – CECRE / Salvador (BA). Link: <<http://www.cecre.ufba.br/>>